

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL**

THAYSI POLIANI RIBEIRO MELO

**JUVENTUDE E CULTURA: UM ESTUDO A PARTIR DO CONTEXTO DA
CRISE CONTEMPORÂNEA**

**Juiz de Fora
2015**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL

THAYSI POLIANI RIBEIRO MELO

JUVENTUDE E CULTURA: UM ESTUDO A PARTIR DO CONTEXTO DA
CRISE CONTEMPORÂNEA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Área de Concentração Questão Social, Território, Política Social e Serviço Social, da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Orientadora: Prof^a Dr^a Elizete Maria Menegat

Juiz de Fora
2015

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Melo, Thaysi Poliani Ribeiro.

Juventude e Cultura : um estudo a partir do contexto da crise contemporânea / Thaysi Poliani Ribeiro Melo. -- 2015. 92 f.

Orientadora: Elizete Maria Menegat

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Serviço Social. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, 2015.

1. Juventude. 2. Cultura. 3. Crise contemporânea. I. Menegat, Elizete Maria, orient. II. Título.

Thaysi Poliani Ribeiro Melo

Juventude e Cultura: um estudo a partir do contexto da crise contemporânea

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Área de Concentração Questão Social, Território, Política Social e Serviço Social, da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Aprovada em ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof^a Dr^a Elizete Maria Menegat (Orientadora)
Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof. Dr. André Villar Gomez

Prof. Dr. Luiz Antônio Peixoto
Universidade Federal de Juiz de Fora

À juventude,
que sejam “flores no asfalto”.

AGRADECIMENTOS:

Neste momento inicio a construção do terceiro texto de agradecimento no decorrer da minha vida acadêmica e ele continua sendo a parte mais agradável, mas também a mais difícil, pois não é fácil colocar em poucas palavras tudo o que se passou em quase três anos, a contar do tempo de preparo para o início do processo seletivo.

Graduei-me já sabendo que o meu objetivo era o mestrado... o doutorado... a docência. E essa é apenas mais uma etapa que chega ao fim e abre caminhos e possibilidades para ser prosseguido e perseguido.

Em primeiro lugar, agradeço a minha família linda, força dos meus dias e motivo maior das minhas lutas. Minha mãe amada, para quem dedico em especial essa conquista. Ao Luthy, pedacinho dessa grande família e companheiro incansável dos meus dias de estudo. E também a um sorriso novo em nossas vidas... Pietra.

Aos amigos-irmãos de ontem e de hoje e também aos que virão, não preciso citá-los, pois sei que se reconhecem neste agradecimento. Mas abro um parêntese para duas grandes e lindas figuras, Allan e Zé Eduardo. E também a Tininha, que junto com a sua amizade trouxe a Luiza, com quem muito aprendi e hoje é um anjo para nós.

Aos companheiros de trabalho no Hemocentro, em especial à Rosani, que me acolheu e me apoiou, tem um pedacinho dela em todas as páginas desta dissertação. E aos estagiários, Andressa, Daiane, Fernanda, Raisal e Robson, que talvez sem perceberem, foram motivo de força, crescimento e engajamento profissional.

Aos colegas de mestrado, principalmente à Paulinha, companheira de artigos e viagens. A Luzia, pessoa querida de abraço acolhedor. Aos professores, coordenação e secretárias do Programa de Pós Graduação, que sempre me acolheram tão bem.

A todos da Faculdade de Serviço Social, professores, técnicos administrativos, profissionais da empresa terceirizada, equipe do xerox. Sinto-me renovada e sempre “pronta pra outra” cada vez que piso neste espaço de luta cotidiana. Agradeço à oportunidade de trocar um pouco de conhecimento com os Mestres que me inspiram e me incentivam sempre e com os alunos do

curso de Serviço Social, principalmente durante minha experiência como docente.

À banca examinadora, tanto da qualificação, quanto da defesa. Luiz Antônio Peixoto, que foi fundamental na construção deste trabalho. E Viviane Pereira, que além de mestre, sempre foi um ombro amigo. Tatiane Baptista e André Villar, obrigada pela disponibilidade e participação. Em especial minha orientadora Elizete Menegat, que entre os “trancos e barrancos”, as várias mudanças e surpresas que aconteceram nesses dois anos e meio em minha vida pessoal, profissional e acadêmica, me incentivou e contribui para o resultado deste trabalho.

São tantos os agradecimentos... afinal, “tudo posso N’aquele(s) que me fortalece(m)”.

RESUMO:

Visto que as transformações culturais decorrem de mudanças na base material e vice versa, esta é resultado das complexas relações sociais, aparecendo como um momento importante e necessário de articulação e de afirmação da sociedade. Assim, a noção de neutralidade cultural não pode mais ser sustentada, é preciso levar em consideração o uso que lhe é dado. Ao manipular as necessidades através de interesses adquiridos, a sociedade industrial impede o surgimento de uma oposição eficaz ao todo, pois se configura em um sistema de dominação, um universo político com um projeto histórico específico. Desta forma, o objetivo principal deste trabalho é compreender o jovem da periferia urbana, que vive a cidade de forma restrita e desigual, ressaltando os rebatimentos da crise atual do capital e da indústria cultural na organização política dos mesmos, que tem seu cotidiano cada vez mais escasso e suas possibilidades restritas, assim como seu potencial questionador.

Palavras chave: juventude, cultura, crise contemporânea.

ABSTRACT:

Since the cultural transformations emerge from changes in the material basis and vice versa, this paper is the result of complex social relations, appearing as an important and necessary moment of articulation and affirmation of society. Thus, the cultural notion of neutrality can no longer be sustained, it's necessary to take the use that's given to it into account. By manipulating the needs through acquired interests, the industrial society prevents the emergence of an effective opposition to all, because the industrial society is configured as a domination system, a political universe with a specific historical project. So, the main goal of this work is to comprehend the urban periphery juvenile, who lives the city in a restricted and unequal way, highlighting the repercussions about the current crisis of capital and the cultural industry in the political organization of those youths whose daily time's been scarcer and their possibilities have been restricted, as well as their questioning potential.

Keywords: youth, culture, contemporary crisis.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS:

BIRD – Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento

CONJUVE – Conselho Nacional de Juventude

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócioeconômicos

DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda

FEBEM – Fundação Estadual do Bem Estar do Menor

FHC – Fernando Henrique Cardoso

FMI – Fundo Monetário Internacional

FUNABEM – Fundação Nacional do Bem Estar do Menor

IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

JUBRA – Simpósio Internacional Sobre a Juventude Brasileira

PT – Partido dos Trabalhadores

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO:

APRESENTAÇÃO	11
1. SOBRE A PRODUÇÃO DA CULTURA COMO OBJETO DE CONSUMO	
1.1: Ideologia e Cultura.....	14
1.2: Produção da mercadoria e trabalho alienado.....	21
1.3: A crise da racionalidade moderna e indústria cultural.....	24
2. CRISE DO CAPITAL E CULTURA	
2.1: Crise do capital e processos de desvalorização da força de trabalho...	31
2.2: Cultura no contexto da crise estrutural contemporânea.....	38
2.3: Questões sobre o futuro das formas de organização coletiva.....	44
3. “JUVENTUDE É APENAS UMA PALAVRA”: DO CONCEITO À FORMAÇÃO DA JUVENTUDE	
3.1: Território, juventude urbana e crise.....	52
3.2: A construção do conceito de juventude e da forma de “ser jovem”.....	58
3.3: A juventude como novo espaço de mercado e consumo.....	67
3.4: Hegemonia e luta política no Brasil.....	76
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	85
REFERÊNCIAL BIBLIOGRÁFICO.....	89

APRESENTAÇÃO:

Se as coisas são inatingíveis... ora!
não é motivo para não querê-las...
Que tristes os caminhos, se não fora
a mágica presença das estrelas!
(Mario Quintana – Das utopias)

O presente trabalho tem como objetivo compreender o jovem da periferia urbana, através dos rebatimentos da crise atual do capital e da indústria cultural na organização política dos mesmos.

O interesse em pesquisar sobre juventude e suas formas de manifestação cultural e organização política surgiu no período da graduação e foi objeto do meu trabalho de conclusão de curso (TCC). O trabalho atual perseguiu a compreensão dos seguintes questionamentos produzidos ao final da graduação: como por exemplo, inseridos num contexto histórico complexo, de exasperação do individualismo, competitividade, imediatismo, como ficam os jovens reunidos em ações coletivas e em torno da “cultura juvenil”? Quais as possibilidades e limites para sua ação e formação política nestes espaços? As manifestações artísticas destes jovens têm lhes proporcionado maior mobilidade e ampliado sua rede de sociabilidade ou tem restringido ainda mais seus fluxos e demonizado suas formas de expressão?

A hipótese obtida no primeiro movimento de pesquisa foi que: sendo a cidade o local privilegiado onde as contradições da sociedade se manifestam e ao mesmo tempo em que sua apropriação se coloca como fundamental para o exercício da ação política, os jovens pobres que vivem a cidade de forma restrita e desigual, tem seu cotidiano cada vez mais escasso e suas possibilidades cerceadas, assim como seu potencial questionador. Além de o contexto histórico fazer florescer neles, valores antagônicos, aparentemente incoerentes, mas que refletem exatamente um conhecimento construído a partir de ambiguidades que não estão na consciência destes jovens, mas sim na realidade em que se inserem.

Acredita-se que o que move as relações cotidianas são as possibilidades de mudança, do novo, são as utopias, que devem ser compreendidas como fruto de um processo histórico, coletivo e repleto de significação proveniente

das relações estabelecidas. Assim, sendo a cultura uma das formas mais nítidas de manifestação da consciência social, pode ela ser uma aliada neste processo, como difusora de novos valores e de outra cultura, uma vez que esta não se trata de um fazer solitário, mas coletivo, além de sua forte influência político-ideológica.

Estas afirmações são cabíveis na atual conjuntura? Como se configura o cenário sócio-político, econômico e cultural na atualidade? Em que instância estes jovens se inserem na vida pública e diante de qual contexto? Quais os determinantes que apontam para um esvaziamento (ou não) da ação política deste segmento?

Considera-se fundamental inscrever essas indagações no contexto sócio histórico onde estes jovens se encontram inseridos, para analisar as condições que possibilitam ou não a organização política destes sujeitos a partir da cultura. Visto que as transformações culturais decorrem de mudanças na base material e vice versa, a cultura é resultado das complexas relações sociais, aparecendo como um momento importante e necessário de articulação e de afirmação da sociedade.

Para tanto, o trabalho que segue foi dividido em três capítulos. O primeiro, intitulado *Sobre a produção da cultura como objeto de consumo*, caminha entre os conceitos de ideologia e cultura, assim como da produção da mercadoria e do trabalho alienado, a fim de compreender os rebatimentos da crise da racionalidade moderna na sociedade e no estabelecimento da indústria cultural.

O segundo Capítulo, *Crise do Capital e Cultura*, busca levantar as principais características da crise estrutural do capital contemporâneo, principalmente no que diz respeito à desvalorização da força de trabalho e a cultura como espaço de legitimação da ordem vigente, o que conseqüentemente, nos leva a questionar sobre o futuro das novas formas de organização coletiva.

Por fim, o capítulo três, *“Juventude é apenas uma palavra”*: do conceito a formação da juventude, traz elementos para entendermos o conceito de juventude e como esta se insere no contexto da crise. Território e juventude urbana são temas abordados para a compreensão deste segmento societário como novo espaço de mercado e consumo, mas também, em contrapartida,

são elencadas possibilidades de um movimento contra hegemônico de luta política no Brasil através de sua organização coletiva e potencialidades.

Vale ressaltar que este é apenas mais um movimento de apreensão teórica e um exercício de articulação de temas extremamente complexos e tem como objetivo construir as bases para a continuidade deste debate.

Muitos dos questionamentos iniciais, apresentados no projeto de qualificação desta dissertação, não foram possíveis de serem abordados, não somente por falta de tempo, mas, também, porque optou-se por não realizar a pesquisa empírica, sugestão feita pela banca examinadora, haja vista o acúmulo já adquirido em outros momentos, como na iniciação científica e no próprio trabalho de conclusão de curso.

A proposta é de abertura de possibilidades de novos entendimentos acerca do tema, no âmbito do Serviço Social, ampliando o universo de referências teóricas, em uma passagem de reflexão e acréscimo no debate.

CAPÍTULO 1

SOBRE A PRODUÇÃO DA CULTURA COMO OBJETO DE CONSUMO

Eis à voz, eis o deus, eis a fala,
eis que a luz se acendeu na casa
e não cabe mais na sala.

(Paulo Leminski – Sintonia para pressa e presságio)

1.1 Ideologia e Cultura

Até à Idade Moderna a preocupação estava apenas em torno da dimensão epistemológica, ou seja, a origem do conhecimento. Na modernidade passa-se a considerar a importância dos fatores externos na produção do conhecimento. Com o advento do iluminismo, busca-se afastar os preconceitos teológicos e metafísicos em prol do conhecimento científico. Somente no início do século XIX, em 1801, surge pela primeira vez o termo ideologia.

Criado pelo filósofo Antoine Destutt de Tracy, que pretendia:

(...) elaborar uma ciência da gênese das ideias, tratando-as como fenômenos naturais que exprimem a relação do corpo humano, enquanto organismo vivo, com o meio ambiente. Elabora uma teoria sobre as faculdades sensíveis, responsáveis pela formação de todas as nossas ideias: querer (vontade), julgar (razão), sentir (percepção) e recordar (memória). (CHAUI, 1985, p.22)

Assim, Destutt e seus colaboradores passaram a assessorar os governantes, dentre eles Napoleão, neste momento já se traça uma ligação que a ideologia iria servir aos dominantes. Napoleão, farto da intervenção dos pensadores, após os mesmos fazerem observações críticas sobre a direção da França Revolucionária, chama-os de “ideólogos”, uma forma pejorativa de dizer que ao se deterem no campo das ideias, se deslocavam da realidade.

Desta forma, foi essa a noção de ideologia que ficou presente no século XIX, vindo influenciar o pensamento de Karl Marx que adere à ideia “negativa” de ideologia, porém, dando-lhe uma dimensão social e política, ou seja, afirma que o obstáculo para o conhecimento da realidade se encontra nas relações sociais.

As premissas de que partimos não são arbitrárias, dogmas; são reais que só podemos abstrair na imaginação. São os indivíduos reais, sua ação e suas condições materiais de existência, tanto as que eles já encontraram prontas, como aquelas engendradas de sua própria ação. Essas bases são, pois verificáveis por via puramente empírica. (MARX e ENGELS, 2002, p. 10)

Vê-se então que, mudanças significativas, tanto na concepção do termo, quanto na base material da sociedade, começaram a acontecer somente a partir da segunda metade do século XVIII e início do século XIX. E é plausível, pois, como afirma Eagleton (2005, p. 72), “em um estado de escassez, achamos difícil erguer-nos acima de nossas necessidades materiais”, somente em uma situação de excedente pode-se voltar esforços para a produção da subjetividade de forma substancial e “que podemos deslocar-nos para dentro daquele excedente imaginativo”. Neste século “os progressos, espiritual e material vão aqui de mão dadas”.

Conforme Marilena Chauí (1985), através da ideologia é possível construir imaginários e lógicas de identificação social que encobrem o conflito entre as classes, dissimulando a dominação, ocultando a presença particular, dando-lhe aparência de universal e naturalizando as diferenças de classe.

Porém, isso não significa dizer que a ideologia trata de uma mentira, um complô da classe dominante, assim seria se ela negasse a desigualdade entre os segmentos sociais, o que não é verdadeiro, mas ela nega que essa diferença tenha como fundante a razão histórico-econômica.

A ideologia pressupõe: dominação e subordinação de uma classe em relação à outra; inversão, velamento e naturalização da realidade; apresentação de ideias particulares como sendo universais. A universalização de determinada visão de mundo, no caso a da classe dominante, se explica pela posse dos meios ideológicos e de difusão, assim como e principalmente, pela correspondência que encontra nas relações concretas assumidas pelos indivíduos e classes (IASI, 2011).

Segundo Iasi:

Cada indivíduo vive sua própria superação particular, transita de certas concepções de mundo até outras, vive

subjetivamente o trama das relações que compõe a base material de sua concepção de mundo. (...) Outras informações chegam ao indivíduo, não pela vivência imediata, chegam já sistematizadas na forma de pensamento elaborado, na forma de conhecimento, que busca compreender ou justificar a natureza das relações determinantes em cada época. Tais manifestações da consciência só agirão na formação da concepção de mundo do indivíduo algum tempo depois e, como tentaremos argumentar, sob uma base já sólida para que sejam aceitas como válidas. (IASI, 2011, p. 13 e 15)

Esta assertiva é de suma importância para o entendimento da Indústria Cultural, como uma das formas de “recebimento” destas ideias e informações já processadas que chegam para os indivíduos, que a “consomem” sem conflitos e questionamentos. Espaço que se estabelecem as bases para a introjeção da ideologia, tornando-se terreno fértil para a ceifa desta, como forma de dominação.

Mas, vale ressaltar que a ideologia não é uma invenção arbitrária, ainda que assim possa parecer até o momento. A universalidade das ideias ideológicas exprime a conservação de uma universalidade que já foi verdadeira em certo momento. Aquele em que a classe revolucionária prometia representar os interesses de todos os que estavam fora do poder, mas que, depois desta classe se estabelecer, tornou-se ilusória – os interesses agora defendidos são apenas os interesses privados da classe dominante (CHAUÍ, 1985, p. 100-101).

Segundo Chauí (1985), em “A ideologia alemã”, Marx e Engels acreditam que a ideologia é uma forma de consciência ilusória, parcial e enganadora que distorce e oculta a realidade. Mas esta distorção é atribuída à realidade social e não ao próprio pensamento humano. Não são um amontoado de ideias sem veracidade, ao contrário, são funcionais à manutenção do *status quo* e da própria sociedade a partir de um poder opressivo.

Capital e trabalho, enquanto relações sociais geram condições para que a atividade humana seja alienada em vez de humanizada, uma vez que aliena a própria relação do homem com a natureza e com sua própria atividade laboral e, posteriormente, aliena-se de si mesmo, estabelecendo relações coisificadas, reificadas. “Uma relação social reificada é uma relação a tal ponto exteriorizada, autonomizada em seu funcionamento que aparece com a

consistência de *uma coisa*, uma realidade substancial existente nela e por ela mesma.” (BIHR, 2010, p. 167).

“A materialidade dessas relações produtoras da alienação são expressas no universo das ideias como ideologia.” (IASI, 2011, p.22)

A produção das ideias, das representações e da consciência está, a princípio, direta e intimamente ligada à atividade material e ao comércio material dos homens; ela é a linguagem da vida real. As representações, o pensamento, o comércio intelectual dos homens aparece aqui ainda como a emanção direta de seu comportamento material. O mesmo acontece com a produção intelectual tal como se apresenta na linguagem da política, na das leis, da moral, da religião, da metafísica etc. de todo um povo. São os homens que produzem suas representações, suas ideias etc., mas os homens reais, atuantes, tais como são condicionados por um determinado desenvolvimento de suas forças produtivas e das relações que a elas correspondem, inclusive as mais amplas formas que estas podem tomar. A consciência nunca pode ser mais que o ser consciente; e o ser dos homens é o seu processo de vida real. E, se, em toda a ideologia, os homens e suas relações aparecem de cabeça para baixo como em uma câmera escura, esse fenômeno decorre de seu processo de vida histórico, exatamente como a inversão dos objetos na retina decorre de seu processo de vida diretamente físico. (MARX e ENGELS, 2002, p. 18-19)

No primeiro capítulo de “O Capital”, especificamente no item 4, encontra-se a discussão sobre o fetiche da mercadoria. Aqui, pode-se aproximar a noção de fetiche das noções de ideologia e alienação, pois, reflete na mente dos homens a realidade de modo invertido, inversão entre sujeitos humanos e suas condições de existência não sendo simples produto da consciência e sim algo embutido na própria estrutura econômica do capitalismo.

Segundo Baptista (2009, p. 198), para Marx, “os trabalhadores se tornam uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadoria criarem, o que leva a uma valorização das coisas em detrimento à valorização humana”. O que se quer dizer é que a construção de uma subjetividade alienada do trabalho não determina apenas o distanciamento entre sujeito e objeto, mas põe em questão a própria condição do homem como “sujeito na sociedade”.

Marx em “Contribuição para a crítica da economia política” (1996), reafirma que o modo de produção da vida material determina o caráter geral dos processos da vida social, política e espiritual. Não é a consciência dos

homens que determina o ser, ao contrário: seu ser social determina sua consciência. E o amadurecimento da consciência de classe é subjetivo, se dá de forma desigual, dependerá das condições concretas de vida e percepção de cada indivíduo. Daí a necessidade capitalista de formas de imposição da sua ideologia.

A classe que explora economicamente só poderá manter seus privilégios se dominar também politicamente, pois são as relações de produção que determinam a consciência social. Para tanto, ela usa como instrumentos a ideologia e o Estado. A ideologia vem contribuir para justificar e legitimar a divisão de classes na sociedade.

Desta forma, pode-se dizer que ideologia é um conjunto lógico, sistemático e coerente de representações, ideias e valores e de normas ou regras de conduta que indicam e prescrevem aos membros da sociedade o que e como devem pensar, valorizar, sentir e fazer. Por este motivo, não se deve falar em “falsa ideologia” ou “verdadeira ideologia”, em outras palavras, em “ideologia dos dominantes” e “ideologia dos dominados”. Pois, uma vez que, a ideologia é instrumento de dominação, não se torna coerente esta dicotomia ou divisão.

Segundo Chauí (1985, p. 115), “esses enganos nos fazem sair da concepção marxista de ideologia para cairmos na concepção positivista”. Ainda segundo a autora, é necessário confrontar ideologia e crítica da ideologia, ou seja, um saber real que os dominados têm em relação à sua condição de exploração, a uma “contra ideologia”.

A concepção da potencialidade da classe, a consciência da possibilidade de vitória, é parte integrante da consciência de classe. Essa tarefa exige outro tipo de indivíduo, não o moldado pelos valores burgueses e liberais, correspondentes às representações ideológicas das relações de exploração da sociedade capitalista (...). (IASI, 2011, p. 41)

O conceito de cultura está para além da intervenção sobre a natureza. É um espaço de partilha, de intenções, de construção coletiva e de transformação permanente, uma vez que está sempre em contato com diferentes experiências e é diretamente influenciada pela ação humana. A cultura é um instrumento fundamental para a obtenção de consenso na

sociedade, agindo diretamente na forma de pensar o mundo e de engendrar suas relações produtivas e sociais.

A cultura é primordial na construção material de uma sociedade. Ninguém pode realizar sozinho a cultura, uma vez que se trata de um movimento histórico e social.

Reconhecer este fenômeno, segundo Eagleton (2005, p.166) é o que proporciona “deslocar cultura de seu significado individual para o social” e é esta a condição fundamental para que a mesma tenha uma dimensão política em sua construção. Neste sentido, o autor completa: “Se a minoria e as massas compartilham valores comuns, eles o fazem em níveis diferentes de consciência”, de acordo com as condições objetivas a que estão sujeitas.

Pensando nos conceitos compartilhados sobre a cultura, autores marxistas avançam muito na discussão, como por exemplo, Raymond Willians (1979), que vê o processo cultural como “um sistema significante, através do qual uma ordem social é comungada, reproduzida, experimentada e explorada”, ou seja, a cultura como prática cotidiana e experiência vivida.

Vilutis (2009, p. 20-21) discorre sobre os atributos da cultura:

A cultura é, portanto, o contexto no qual ocorrem os acontecimentos sociais, transmitem-se comportamentos, constroem-se conhecimentos e se configuram instituições. É dentro deste contexto que as pessoas interagem, convivem e compartilham significados. (...) A cultura compreendida em seu sentido ampliado, extrapola o universo artístico e reúne a construção coletiva de práticas, comportamentos, ações e instrumentos que fundam a organização social (...) mesmo quando nos referimos às formas simbólicas características da cultura, não desconsideramos que estas são produzidas em condições históricas determinadas e por se configurarem também como práticas sociais, criam campos culturais diferenciados dentro da sociedade. Devido a esse caráter, a cultura joga papel-chave na transformação ou valores, saberes e práticas de uma geração para outra.

Atualmente pode ser considerada também a partir do seu envolvimento com a produção e o consumo de bens culturais. Pois, mais importante do que as obras, são a apropriação e a compreensão coletiva que se tem delas.

As mercadorias da indústria cultural, por exemplo, contam com os meios de comunicação de massa para serem difundidas. O que pode tornar seu lado

estético mais forte, em detrimento do seu discurso e atuação social. Ou seja, ocorre a apropriação do que é “popular” pela lógica de produção de mercadorias, tornando-se instrumento ideológico de dominação, burguesa e, portanto, perdendo potencialidade crítica e politizadora.

Segundo Eagleton (2005), “cultura não é alguma vaga fantasia de satisfação, mas um conjunto de potenciais produzidos pela história e que trabalham subversivamente dentro dela”, ou seja, a cultura pode ser tanto instrumento de dominação como de resistência e pode ao mesmo tempo produzir as armas de sua própria destruição. É algo extremamente contraditório, mas faz sentido quando se compreende o caráter funcional que a cultura pode ter. “A ideologia acontece toda vez que o poder exerce impacto sobre a significação, deformando-a ou prendendo-a a um agrupamento de interesses” (EAGLETON, 2005, p. 154).

Segundo Marcuse (1982), o desenvolvimento capitalista alterou a estrutura e a função das classes principais - capital e trabalho – de tal modo que não se apresentam mais como agentes de transformação histórica. A “sociedade contemporânea parece conter a transformação (qualitativa) social” (p. 16), uma vez que sua dimensão crítica se encontra esvaziada e toda transformação precisa de um sujeito.

A noção de neutralidade tecnológica não pode mais ser sustentada, é preciso levar em consideração o uso que lhe é dado. A sociedade tecnológica, ou industrial, é um sistema de dominação, um universo político com um projeto histórico específico, no qual a política, a economia e não diferente, a cultura, “se fundem num sistema onipresente que engolfa ou rejeita todas as alternativas” (MARCUSE, 1982, p. 19). Ao manipular as necessidades através de interesses adquiridos, a sociedade industrial impede o surgimento de uma oposição eficaz ao todo.

“A maioria das necessidades comuns de descansar, distrair-se, comportar-se e consumir de acordo com os anúncios, amar e odiar o que os outros amam e odeiam, pertence a essa categoria de falsas necessidades (MARCUSE, 1982, p.26)”. A sociedade industrial tem o poder de, primeiro, criar a necessidade para, depois, criar o produto, o que confere ilusão de legitimidade ao processo de manipulação, sendo assim, aceito sem resistência.

Se os indivíduos estão satisfeitos a ponto de se sentirem felizes com as mercadorias e os serviços que lhes são entregues pela administração, por que deveriam eles insistir em instituições diferentes para a produção diferente de mercadorias e serviços diferentes? E se os indivíduos estão condicionados de modo que as mercadorias que os satisfazem incluem também pensamentos, sentimentos, aspirações, por que deveriam desejar pensar, sentir e imaginar por si mesmos? (MARCUSE, 1982, p. 63-64)

Conforme Marcuse (1982), o “pensamento crítico se torna consciência histórica” (p.105), algo desprezível para a atual configuração sócio-cultural e político-econômica.

1.2 Produção da mercadoria e trabalho alienado

A perpetuação da ideologia foi a estratégia fundamental na manutenção do poder da burguesia emergente. Este, mesmo que se expresse através de coisas palpáveis/materiais (dinheiro, objetos, mercadorias, etc), é uma forma de relação social e deve ser analisado em sua totalidade. Considerado como o único sistema que universalizou a produção de mercadoria e transformou a produção de bens para o próprio consumo em bens produzidos para o outro, não só com valor de troca, mas também valor de uso, levando a duas consequências fundamentais: a divisão social do trabalho e à propriedade privada.

Para produção de bens é preciso trabalho concreto/útil que vai gerar valor de uso, de acordo com a sua utilidade concreta. É o elemento comum a produção de todo bem, que é o parâmetro de troca/valor de troca. Esta é a teoria do valor trabalho, o desgaste físico e psíquico do trabalho abstrato, ou seja, o *quantum de trabalho* ou tempo socialmente necessário para a produção da mercadoria. “O valor da força de trabalho é determinado como o de qualquer outra mercadoria, pelo tempo de trabalho necessário a sua produção e, por consequência, a sua reprodução”. (MARX, 1989, p. 191)

Por força de trabalho ou capacidade de trabalho compreendemos o conjunto das faculdades físicas e mentais, existentes no corpo e na personalidade viva de um ser humano, as quais ele põe em ação toda a vez que produz valores-de-uso de qualquer espécie. (MARX, 1989, p. 187)

Marx, explica no decorrer de todo o capítulo IV do volume I do “O Capital”, como a produção de mercadorias e o comércio – forma desenvolvida da circulação de mercadorias – constituem as condições históricas que dão origem ao capital.

Com a divisão social do trabalho e a propriedade, cada grupo passa a produzir um determinado bem necessário à sociedade, mas para ter acesso a todos os tipos de bens começam a estabelecer trocas. Este é o processo de circulação simples da mercadoria, em que o objetivo principal é a partir de uma mercadoria, adquirir outra. Com a intensificação da circulação simples, um setor da sociedade - a burguesia - se especializa nesta área de troca e a circulação passa a ser mercantil, quando o objetivo é, através do dinheiro, adquirir mais dinheiro¹.

O trabalho tornou-se também uma mercadoria, porém especial, a única capaz de crescer valor, por isso, elemento fundamental na produção de mais-valia (lucro). Tem-se agora um novo estágio de circulação, a circulação capitalista. É com o capital sob a forma de dinheiro que se inicia a produção propriamente capitalista, onde o objetivo principal é a produção de mais valor, e isso só é possível a partir da exploração do trabalho.

Como é possível esse acréscimo de valor?

O capitalista por um lado, à partir do dinheiro inicial (D), que assume a forma de mercadoria para virar capital, investe nos meios de produção (MP), ou seja, ele compra ou aluga instalações, máquinas, instrumentos, matérias-primas e insumos. E de outro lado, ele compra a força de trabalho do operário (FP), que colocadas em interação no processo de produção (PP) geram uma segunda mercadoria (M') com mais valor que o investido inicialmente. (D – M → MP + FP (PP) → M' – D'). Vale ressaltar que, a mais valia é gerada no processo de produção, porém, se efetiva na circulação (MARX, 1989).

No processo de produção os meios de produção ou capital constante, não criam valor, apenas o transferem para a mercadoria, enquanto a força de

¹ Este processo, conhecido como acumulação primitiva, criou as condições necessárias para o desenvolvimento do capitalismo, onde a acumulação de riqueza e a destituição dos meios de produção de uma parte da população fez com que quem acumulou pudesse agora comprar, dos que se viram sem condições de produzir, a sua força de trabalho.

trabalho ou capital variável cria um valor excedente. O capitalista compra a força de trabalho pelo seu valor de troca (o salário equivalente ao tempo de trabalho socialmente necessário para reproduzir a energia vital do trabalhador) e se apropria do trabalho excedente (trabalho não pago) gerado a partir do seu valor de uso. É a parte que excede o valor da reprodução/produção da força de trabalho e da mercadoria que é apropriada por ele, que se designa como mais-valia. O salário pago pela força de trabalho representa sempre um montante inferior ao produzido na jornada de trabalho, através desta relação de exploração entre capital/trabalho que se funda o modo de produção capitalista e sua lei geral, a produção social do trabalho e apropriação privada da riqueza socialmente produzida.

Na produção de mercadorias, nosso capitalista não é movido por puro amor aos valores-de-uso. Produz valores-de-uso apenas por serem e enquanto forem substrato material, detentores de valores-de-troca. Tem dois objetivos. Primeiro, quer produzir um valor-de-uso, que tenha um valor-de-troca, um artigo destinado a venda, uma mercadoria. E segundo, quer produzir uma mercadoria de valor mais elevado que o valor conjunto das mercadorias necessárias para produzi-la, isto é, a soma dos valores dos meios de produção e força de trabalho, pelos quais antecipou seu bom dinheiro no mercado. Além de um valor-de-uso, valor, e não só valor, mas também valor excedente (mais valia). (MARX, 1989, p. 210-211)

Para a produção de mercadoria é preciso que o homem se aliene, criando um terreno fértil para a propagação da ideologia, sem questionamentos e conflitos, reificando cada vez mais suas relações através do processo produtivo (trabalho) e reprodutivo (práxis interativa)², ou seja, outras dimensões que se prolongam a partir do trabalho.

Esta compreensão é fundamental para entendermos o Capitalismo, no qual as relações sociais não param na esfera da produção, mas necessitam de uma série de elementos extra econômicos para se manter, ou seja, necessita da esfera da reprodução, para além das condições biológicas. Sejam elas, a cultura, ideologia, política, demais esferas da sociedade civil, o Estado, através das ações de assistência, educação, regulação da vida social, repressão, etc.

² Sobre este conceito ver: ANTUNES, Ricardo. Excurso sobre a centralidade do trabalho: a polêmica entre Lukács e Habermas. In: **Os sentidos do trabalho**, ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2000.

Uma vez consolidado o capitalismo monopolista, o crescente processo de exclusão, fome, desemprego, subemprego, tornaram-se expressões concretas da sociedade de classes e passaram a ser naturalizadas e criminalizadas para justificar intervenções junto à sociedade, individualizantes e de culpabilização da pobreza e dos pobres. Ora caso de polícia, ora de política, deixa de ser consequência direta de um sistema explorador e excludente e passa a ser o seu reflexo imediato. Estes traços marcam toda a sociabilidade humana atual.

Marcuse (1982) elenca as possibilidades acorrentadas da sociedade industrial, uma vez que elas “estão sendo gradativamente realizadas por meios e instituições que cancelam seu potencial libertador” (p.233), são elas: o desenvolvimento das forças produtivas em escala ampliada; extensão da conquista da natureza; a crescente satisfação das necessidades de números cada vez maiores de pessoas e a criação de necessidades e faculdades novas. Em outras palavras, isso significa que a transformação tecnológica gera transformações políticas, porém não necessariamente traz transformação social, só se tornará social quando alterar a direção do progresso técnico, algo que não temos vivido na atual conjuntura.

A modernidade ou sociedade industrial tem o espaço como algo a ser moldado para propósitos econômicos e, portanto, sempre ligado às necessidades da acumulação capitalista. A sociedade pós-industrial trouxe os “não lugares”, espaços impessoais, ligados à tecnologia e ao ciclo de repetições, nos quais as identidades sofrem constantes e rápidas transformações, o espaço aparenta ser uma coisa independente e autônoma, moldada segundo princípios estéticos sem relação abrangente com a totalidade social.

“O modernismo perdeu seu atrativo antídoto revolucionário para alguma ideologia reacionária e ‘tradicionalista’(...). E há, no pós-modernismo, pouco esforço aberto para sustentar a continuidade de valores, de crenças ou mesmo de descrenças (HARVEY, 2012, p. 44 e 58)”.

1.3 Crise da racionalidade moderna e a indústria cultural

Com a crise do modo de produção feudal, no período do Renascimento -

século XV- o capitalismo se instaura através de uma Revolução encabeçada pela classe burguesa emergente, fortalecendo um projeto societário e revolucionário onde o homem passa a ser encarado como sujeito da sua própria história. É neste contexto que a razão moderna também se instala, confiante em um controle racional da natureza, assim como de uma organização da sociedade.

O projeto da modernidade prometia a emancipação humana, centrava-se na valorização do homem e da razão. A razão moderna orientou o conjunto das chamadas “Revoluções Burguesas” contra o Antigo Regime, quais sejam: Revolução Inglesa (1640 – 1668), Revolução Americana de 1776 e Revolução Francesa (1789 -1799). O que possibilitou a construção de um arcabouço institucional de suporte ao desenvolvimento da sociedade capitalista.

Segundo Harvey (2012) o projeto da modernidade foi um esforço intelectual sem igual dos pensadores iluministas para desenvolver não só a ciência objetiva, mas também a moralidade, a lei universal e a arte autônoma. A ideia era usar o acúmulo de conhecimento gerado por pessoas trabalhando livre e criativamente em busca da emancipação humana e do enriquecimento da vida diária (p.23).

O marco inaugural da modernidade está representado pelo Iluminismo, que calcou o seu projeto na ideia de que a razão é o instrumento indispensável para a autodeterminação do homem. É com o uso da razão, através do pensamento crítico, que o homem e a humanidade podem se emancipar e exercer a liberdade. Porém, as virtualidades presentes no racionalismo moderno não sofreram um desenvolvimento integral. (...) Ocorre que a crítica da modernidade foi dirigida ao conjunto de sua racionalidade, numa cruzada contra a razão geral, dando forte impulso a uma nova onda irracionalista. Então, os principais temas da racionalidade moderna – ciência, verdade, progresso, revolução, felicidade etc. – darão lugar à valorização do fragmentário, do microscópico, do singular, do efêmero, do imaginário, dentre outros. (EVANGELISTA, 1992, p. 23 – 24)

Harvey (2012, p. 23-24) ressalta que a tese de Adorno e Horkheimer, pensadores modernos, membros da Escola de Frankfurt e adeptos da “Teoria Crítica”, tendia a acreditar que o projeto do iluminismo estava condenado a “voltar-se contra si mesmo e transformar a busca da emancipação humana num sistema de opressão universal em nome da libertação humana.” Alegavam

que a lógica oculta da racionalidade iluminista era de dominação e opressão. “A ânsia por dominar a natureza envolvia o domínio dos seres humanos, o que no final só poderia levar a uma ‘tenebrosa condição de autodominação’”. Foi o que os autores denominaram de “Dialética do Esclarecimento”, onde a racionalidade chegaria a ponto tal que começaria um novo ciclo de velamento da realidade.

Adorno e Horkheimer, com o objetivo de juntar elementos que nos ajude, trazem grandes contribuições para o entendimento da influência da cultura na ação política, ainda que tenham escrito na época da segunda guerra mundial. Ambos constroem uma obra crítica que aponta para os usos e abusos da comunicação e para aquilo que entendem como uma transformação da arte em produto de mercado – objeto de consumo.

Impulsionados por um contexto específico, a ascensão nazista na Alemanha, os pesquisadores do então Instituto de Pesquisa Social, posteriormente denominado Escola de Frankfurt, se debruçaram em uma questão principal, “a manipulação” que tal regime impunha sobre as pessoas. Queriam entender como vivendo um período de Guerra Mundial e posteriormente de reestruturação produtiva e social, como veremos mais a frente, a classe operária chegou tão perto da revolução e falhou, e em tão pouco tempo foi de um extremo ao outro, identificando-se ideologicamente com o dominador.

Para Adorno e Horkheimer, a resposta veio através da Indústria Cultural, que cria as necessidades humanas, ou seja, seus produtos não advêm das necessidades que se têm, mas tais necessidades são criadas de acordo com o interesse da própria indústria. Esta cria produtos para atender às “necessidades” reificadas da sociedade calcadas no trabalho alienado e na expropriação de parte do ego e da humanidade do trabalhador. A tendência de uma sociedade alienada é produzir necessidades igualmente alienadas (MÉSZÁROS, 1981, apud BAPTISTA, 2009).

A “Teoria Crítica” da sociedade é a principal expressão ligada à crítica da manipulação da vontade e da opinião através dos meios de comunicação e difusão, além de ser também uma crítica ao marxismo tradicional e ortodoxo. Estes autores viveram o entre guerras e testemunharam as transformações que, segundo eles, fizeram dos meios de comunicação o espaço da imposição

de ideias, gostos e valores através da ação de uma classe dominante sobre a grande massa. Entendendo que a cultura e os espaços da informação também devem ser pensados como meios e instrumentos da transformação social, nesse sentido, trabalham com a perspectiva de formação da consciência coletiva.

Segundo estes, a grande massa assistiu passivamente o processo que levou ela mesma a perder a identidade e a capacidade de escolha, o indivíduo foi isolado de sua tradição e de sua própria identidade para ser lançado em uma totalidade que pretendia criar um padrão de comportamento. Para estes, é aí que reside à perversidade da manipulação da vontade do sujeito. Os autores denunciam as intenções de uma clara construção de um padrão único de comportamento, o qual deveria triunfar. Nesse sentido, acabam por antecipar os efeitos do fenômeno da globalização/mundialização que atualmente estão em curso.

No campo das artes, os autores analisam a perda do valor da criação individual e das manifestações culturais através da arte como um todo. Para estes, a “Indústria Cultural” teria nivelado por baixo para transformar a arte em objeto de consumo. É assim que, segundo estes, a qualidade – valor de uso – cedeu espaço para o valor de troca – mercadoria a ser consumida. Com isso, não veem nas “manifestações culturais” de seu tempo, expressões artísticas e sim, produtos a serem consumidos. Afirmam que o mundo foi enlatado e muito bem rotulado para que as pessoas passassem a consumir os bens culturais disponíveis nas prateleiras do mercado.

Os teóricos frankfurtianos podem ser entendidos como os críticos da razão pela razão, uma vez que analisam os efeitos da razão instrumental (técnica) desassociada da razão esclarecida, o que teria levado à construção de uma sociedade técnica e científica, porém desprovida de valores e expressões culturais autônomas e verdadeiras. Para estes, o nazi-fascismo e a consequente Segunda Guerra Mundial são considerados como o triunfo da barbárie, ou seja, como o efeito mais nocivo da violência simbólica e da imposição da chamada “ideia única”.

O “esclarecimento” ou “desencantamento do mundo” é o processo de hierarquização da sociedade a partir do domínio técnico, não só da natureza,

como também do homem pelo homem. A rigor, esse processo de abstração na pré-história através dos mitos e a ênfase na magia.

Na mitologia grega, houve a separação entre representação e representado, assim como um distanciamento do divino e o concreto; na filosofia pré-socrática, a explicação da realidade natural não se encontra mais na natureza, pensamento e realidade começam a se separar, é preciso sair do real e entrar em um processo de abstração para entendimento do mesmo. Na metafísica, filosofia pós-socrática, há a separação e oposição entre natureza (aparência) e pensamento (essência), o que dará origem ao idealismo.

Com os processos de abstração iniciados com o domínio da lógica matemática, na modernidade, no Século das Luzes (séc. XVIII), ocorreu a separação radical entre realidade e pensamento. O lema passa a ser “quanto mais abstrato, mais eficaz”, o que foi denominado de “instrumentalidade da razão”, que desencadeou um processo de reificação.

Em síntese, a ciência moderna acaba retornando ao mito, pois a grande finalidade da razão moderna é a previsibilidade, conhecer para dominar. Assim, a ciência acredita no destino como fruto de uma calculabilidade total produzida pelo desencadeamento lógico. Um progresso visto como de libertação mas, que leva ao controle crescente da natureza. Ao propor a libertação do medo da natureza, mas prende à dominação social. Logo, nem a cultura escapa a este domínio da lei de troca que se torna universal e, nesse contexto, a reificação toma todas as relações:

(...) a dominação universal da natureza volta-se contra o próprio sujeito pensante; nada sobra dele senão justamente esse “eu penso” eternamente igual que tem que poder acompanhar todas as minhas representações. (...) Quanto mais a maquinaria do pensamento subjuga o que existe, tanto mais cegamente ela se contenta com essa reprodução. Desse modo, o esclarecimento regride à mitologia da qual jamais soube escapar. (ADORNO E HORKHEIMER, 1985, p.38-39)

Para certos autores, Adorno e Horkheimer são tidos como fatalistas, pois fazem uma crítica radical à todas as formas de racionalidade esboçadas na modernidade. Os autores da Escola de Frankfurt não tinham o objetivo de propor alternativas, mas, trabalhar em direção de um “efeito terapêutico”, onde é preciso conhecer a “doença” para depois propor possíveis “curas”.

Os autores defendem a racionalidade crítica ou emancipatória em detrimento da razão instrumental, ambas presentes no projeto da modernidade, uma vez que esta última simboliza um processo de deformação e a hipertrofia da racionalidade. Fazem críticas à noção de progresso e apontam os riscos do desenvolvimento das forças produtivas como forma de radicalização da dominação mercantil. A ciência moderna corresponde à lógica capitalista, abstração das leis mercantis, ou seja, a lógica da equivalência. Desta forma, como podemos combater a razão instrumental? Combatendo as leis mercantis que dominam a vida humana!

A atualidade dos teóricos de Frankfurt pode ser observada uma vez que a indústria cultural agravou a produção da cultura como mercadoria. Convivemos, na atualidade, com o bombardeio de informações alienadas e com uma perda cada vez maior das noções de fronteira e de identidade cultural. Tudo é apresentado de forma rápida e como se tudo estivesse ao alcance de todos o que faz com que as diferenças de classe sejam negadas ou omitidas, permitindo a construção de um padrão de comportamento e de consumo.

O sujeito está sendo cada vez mais desterritorializado e inserido numa totalidade que não consegue assimilar e que, por força da velocidade e da “sutileza” com que recebe tais padrões de comportamento, sem que tenham tempo e cognição suficientes para saber escolher aquilo que quer ou não. Alienado, o sujeito não pode saber o que realmente deseja e sem se dar conta do que o teria levado a se comportar assim.

A sociedade pós-industrial é encarada por Harvey (2012) como um período de “produção de necessidades e desejos, para a mobilização do desejo e da fantasia, para a política da distração como parte do impulso para manter nos mercados de consumo uma demanda capaz de conservar a lucratividade da produção capitalista” (p.64). O que nos faz concluir que a fragmentação da arte não é uma escolha meramente estética é um aspecto cultural do cenário econômico e social. Conforme Jameson (2006), o pós-modernismo é produto da lógica do capitalismo tardio.

Com a consolidação do capitalismo na Europa a partir da Revolução Industrial e das revoluções republicanas a burguesia adquire um outro caráter, passa de classe revolucionária a classe conservadora. As relações sociais

burguesas passam a ser apresentadas como categorias fixas, eternas e imutáveis, naturalizando tanto os fatos sociais quanto as explicações sobre os mesmos.

A burguesia passa a perseguir sua reprodução e a validação da ordem estabelecida e nega os antagonismos e as contradições de seu modo de produção. Os ideais da modernidade já não têm mais sentido, ou seja, nem o capitalismo, tampouco o socialismo real tem condições de sustentar tal projeto.

Na segunda metade do século XX a razão moderna mostra traços de esgotamento e começa a surgir um novo paradigma societário, a pós-modernidade, ou, um projeto “neoconservador”, fortalecido num momento de crise e reestruturação do capital, frente à necessidade de reconstrução de um novo aparato ideológico.

Os pós-modernos, entendem a pós-modernidade como uma ruptura com a modernidade, uma vez que abstraem tanto que chegam a negar a realidade. Já os críticos veem a pós-modernidade como uma radicalização da tendência instrumental da modernidade. O pós-modernismo ganha contornos mais nítidos na década de 1980. Lembrando que, neste período o capital ingressa na fase da crise estrutural, assim como a crise do socialismo real.

CAPÍTULO II: CRISE DO CAPITAL E CULTURA

Essa felicidade que supomos
árvore milagrosa que sonhamos
toda arriada de dourado pomos
existe sim: mas nós não n'a encontramos
porque está sempre apenas onde a pomos
e nunca a pomos onde nós estamos
(Vicente de Carvalho – Esperança)

2.1 Crise do capital e processos de desvalorização da força de trabalho

No período pós II Guerra Mundial, a necessidade de reconstrução dos países europeus alavancou o processo de desenvolvimento capitalista e diminuiu a incidência das crises cíclicas, longas ondas de expansão alternadas por períodos de recessão, devido à intervenção estatal, ou seja, “o problema da configuração e uso próprios dos poderes do Estado só foi resolvido depois de 1945, o que levou o fordismo à maturidade como regime de acumulação plenamente acabado e distintivo” (HARVEY, 2012, p.125).

Este período ficou conhecido como as “três décadas gloriosas”, ou como outros estudiosos preferem chamar, “anos dourados”. Esta fase se estendeu até os anos de 1970, com longos períodos de crescimento econômico, ancorado no padrão de produção taylorista-fordista, baseado na estrita separação entre as tarefas de concepção e execução, assim como na mecanização do processo de trabalho, o que possibilitou a produção em massa de bens de consumo duráveis, fundamental para a manutenção e ampliação da taxa de lucro. Foi o período de expansão das indústrias automobilísticas, por exemplo, uma produção homogeneizada, vertical e fragmentada.

Conforme Harvey (2012, p. 125) o “fordismo se aliou fortemente ao keynesianismo e o capitalismo se dedicou a um surto de expansões internacionalistas de alcance mundial que atraiu para a sua rede inúmeras nações descolonizadas”, o que significou um equilíbrio de poder entre trabalho organizado, o grande capital corporativo e a Nação-Estado.

Segundo Bihl (2010, p.40), “essa consolidação da dominação do capital sobre o processo de trabalho vai permitir, por outro lado, a intensificação da

exploração da força de trabalho” (BIHR, 2010, p. 40), principalmente através das concessões feitas pelo Estado e a adesão dos trabalhadores aos acordos social-democrata, concepção política da vez.

O sucesso do modelo social- democrata do movimento operário é explicado, em primeiro lugar, pela impregnação do fetichismo do Estado no próprio seio do proletariado e do movimento operário, fetichismo que, como vimos, constitui o princípio diretor do modelo social-democrata. (BIHR, 2010, p.3)

De acordo com Harvey (2012, p. 131),

O fordismo também se apoiou na, e contribuiu para a estética do modernismo – particularmente na inclinação desta última para a funcionalidade e a eficiência – de maneiras muito explícitas, enquanto as formas de intervencionismo estatal (orientadas por princípios de racionalidade burocrática – técnica) e a configuração do poder político que davam ao sistema a sua coerência se apoiavam em noções e uma democracia econômica de massa que se mantinha através de um equilíbrio de forças de interesse especial.

A expansão internacional do fordismo se valeu de uma conjuntura particular de regulamentação político-econômica mundial, mas também de uma configuração geopolítica onde prevaleceu a dominação dos Estados Unidos através, principalmente de forças militares e relações de poder.

Quanto mais racional, produtiva, técnica e total se torna a administração repressiva da sociedade, tanto mais inimagináveis se tornam os modos e os meios pelos quais os indivíduos administrados poderão romper sua escravidão e conquistar sua própria libertação. (...) Toda libertação depende da consciência da servidão e o surgimento dessa consciência é sempre impedido pela predominância de necessidades e satisfações que se tronaram, em grande proporção, do próprio indivíduo. (MARCUSE, 1982, p.28)

Liberdade humana é diferente de poder de escolha, assim como autonomia também é diferente de reprodução espontânea, poder de escolha e reprodução são ações limitadas por fatores externos. Trata-se de uma forma de dominação travestida de administração da vida social. Continuamos submissos à civilização industrial desenvolvida, “escravos sublimados”. “Porquanto a escravidão é determinada, não é pela obediência nem pela dureza do trabalho,

mas pela condição de ser um mero instrumento e pela redução do homem à condição de coisa” (MARCUSE, 1982, p.49), forma de escravidão desencadeada pela lógica moderna através da reificação.

Neste cenário, o autor defende a ideia de que a contenção da transformação se deu então através das perspectivas do Estado de Bem Estar Social, pois há “ausência de liberdade porque a sua administração total é restrição sistemática” (p.62). Ou seja, se os indivíduos estão sendo atendidos nas suas necessidades não há motivos para conflitos e questionamentos. As escolhas são feitas dentro de um leque limitado de possibilidades, dando a falsa impressão de liberdade. Aqui, podemos entender de forma clara o posicionamento do Estado e o papel da política na manutenção da ordem.

Países da Europa Ocidental e Nórdica, principalmente, viveram a experiência do Welfare State, ou Estado de Bem- Estar Social, como um instrumento da social democracia, investindo na área social, com forte intervenção estatal, condição fundamental para a manutenção do capitalismo diante de suas crises econômicas. Era necessário à ordem burguesa ganhar legitimidade e o investimento na área social aparecia como uma ótima estratégia para “acalmar” as massas, pois paradoxalmente, foi nesse período de crescimento que o capital viu-se amplamente questionado e criticado.

Somente com a intervenção do Estado é que o fordismo se consolidou como regime de acumulação plenamente acabado, o que ocorreu em associação com o keynesianismo, gerando um surto de forte desenvolvimento econômico em inúmeros países. (...) O modo de acumulação fordista, no início, enfrentou resistência dos trabalhadores, principalmente por causa da alienação do trabalho. Mas, com o aumento constante dos salários reais e a garantia de um determinado padrão de proteção social, ocorreu, de certo modo, a adesão do movimento sindical ao sistema fordista-keynesiano. (SALVADOR, 2010, p.62-63)

Por sabermos que, as políticas públicas são, além de concessão do Estado, fruto da luta e reivindicações dos trabalhadores, pode-se considerar um ponto relevante para o entendimento da configuração deste tipo de direito social, os movimentos de contestação da ordem vigente, através de mobilizações anticolonialistas, a pressão da União Soviética e a legitimação do movimento operário, por exemplo.

Os “anos dourados” começaram a se exaurir já em meados da década de 1970, quando a expansão econômica foi substituída por um período de recessão e crise, uma vez que tornou-se cada vez mais evidente a incapacidade do fordismo/keynesianismo conter as contradições do processo de acumulação ampliada inerentes ao Capital.

Foi principalmente com o deslocamento espacial e temporal que o regime fordista de acumulação resolveu o problema da superacumulação no decorrer do longo período de expansão do pós-guerra (...). A competição aumentou ainda mais, em particular depois de 1973, à medida que se esgotava a capacidade de se resolver o problema da superacumulação por meio do deslocamento geográfico. Assim sendo, a crise do fordismo foi tanto geográfica e geopolítica como uma crise de endividamento, luta de classes ou estagnação corporativa nas Nações-Estado. (HARVEY, 2012, p. 173-174)

Para Harvey, o debate do espaço e do tempo na vida social é capaz de contribuir para esclarecer vínculos materiais entre processos político-econômicos e processos culturais, haja vista que as relações de poder são sempre implicadas em práticas temporais e espaciais, o que atribui importância à luta de classes. “Toda luta para reconstruir relações de poder é uma batalha para reorganizar as bases espaciais destas” (Harvey, 2012, p. 187).

O aumento da concentração de capital no modo de produção capitalista se dá devido ao crescimento da produção de mercadorias gerado pelo permanente avanço das forças produtivas e pela ampliação dos mercados. Porém, a elevação da capacidade de consumo da sociedade não acompanha a velocidade de crescimento da produção, em função da lógica que preside a reprodução do capital.

As crises ocorrem porque o objetivo final da produção não é o consumo de valores de uso e, sim, o lucro. No momento que as mercadorias produzidas não têm vazão, interrompem a circulação do capital, daí advêm as crises de superprodução. Desta forma o processo produtivo é paralisado ou fortemente comprimido.

Por isso, torna-se necessário revolucionar permanentemente as forças produtivas, para manutenção do capitalismo, ocasionando profundas mudanças no processo produtivo e conseqüentemente no mundo do trabalho, transformando a força produtiva em força de destruição (MENEGAT, 2012),

mostrando a outra face do desenvolvimento capitalista, a exclusão social e a pauperização, o que também, possibilita o questionamento do sistema pela classe trabalhadora.

De fato, a denominada crise do fordismo e do keynesianismo era a expressão fenomênica de um quadro crítico mais complexo. Ela exprimia, em seu significado mais profundo, uma *crise estrutural do capital*, onde se destacava a tendência decrescente da taxa de lucro, decorrente dos elementos acima mencionados. Era também a manifestação (...), tanto do sentido destrutivo da lógica do capital, presente na intensificação da lei de tendência decrescente do valor de uso das mercadorias, quanto da incontabilidade do sistema de metabolismo social do capital. Com o desencadeamento de sua crise estrutural, começava também a desmoronar o mecanismo de “regulação” que vigorou, durante o pós-guerra, em vários países capitalistas avançados, especialmente na Europa. Como resposta à sua própria crise, iniciou-se um processo de reorganização do capital e de seu sistema ideológico e político de dominação, cujos contornos mais evidentes foram o advento do neoliberalismo (...). (ANTUNES, 2000, p.31)

O neoliberalismo traz o desmonte do social, principalmente no que se refere à intervenção estatal. O que está em jogo é apenas salvar o capital do seu próprio caos. O social fica renegado à último plano, com drásticas reduções dos direitos e garantias sociais.

Este contexto traz implicações como: precarização do emprego, terceirização, privatização, desregulamentação das relações de trabalho, que passa a ser flexível e polivalente; crise no movimento sindical, devido ao aumento de capital constante em detrimento de trabalho vivo, entre outros.

A acumulação é uma tendência e um processo permanente no modo de produção capitalista. O processo de acumulação estimula e ao mesmo tempo é estimulado por inovações tecnológicas, que permite os capitalistas reduzirem seus custos. Ora, aqueles capitalistas que mais acumulam encontram-se melhor posicionados para enfrentarem a concorrência.

Por este motivo, a acumulação aparece tão conectada aos processos tecnológicos e por isso se explica o desenvolvimento das forças produtivas no modo de produção capitalista. Portanto, no capitalismo, visando o aumento da taxa de lucro, uma das leis tendenciais é a elevação da composição orgânica

do capital, que se expressa pelo aumento de investimento no capital constante em detrimento do capital variável, ou seja, a incorporação de novas tecnologias diminui o trabalho socialmente necessário elevando a composição orgânica.

Mas, condição ou consequência, a grandeza crescente dos meios de produção, em relação à força de trabalho neles incorporada, expressa a produtividade crescente do trabalho. O aumento desta se patenteia, portanto, no decréscimo da quantidade de trabalho em relação à massa dos meios de produção que põe em movimento, ou na diminuição do fator subjetivo do processo de trabalho em relação aos seus fatores objetivos. Essa mudança na composição técnica do capital, o aumento da massa nos meios de produção, comparada com a massa da força de trabalho que os vivifica, reflete-se na composição do valor do capital, com o aumento da parte constante às custas da parte variável. (MARX, 1968, p. 723-724)

Uma vez que se alteram as relações entre trabalho vivo e trabalho morto forma-se uma parcela de trabalhadores sobrantes, dispensáveis à produção de mercadorias, constituindo o exército industrial de reserva, fundamental para a dinâmica capitalista, principalmente na regulação dos salários.

A magnitude relativa do exército industrial de reserva cresce, portanto com as potências da riqueza, mas, quanto maior esse exército de reserva em relação ao exército ativo, tanto maior a massa de superpopulação consolidada, cuja miséria está na razão inversa do suplício de seu trabalho. E, ainda, quanto maiores essa camada de lázaros da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior, usando-se a terminologia oficial, o pauperismo. Esta é a lei geral, absoluta, da acumulação capitalista. (MARX, 1968, p. 747)

Há neste movimento uma contradição, pois, sendo o capital variável, única mercadoria que agrega valor, logo, a única capaz de gerar mais valia, com a sua diminuição, em determinado nível da elevação da composição orgânica, ocorrerá um limite para essa elevação, ou seja, o aumento da composição orgânica diminui a capacidade do capital variável de produzir mais valia, ocasionando a lei tendencial da queda da taxa média de lucro.

A ampliação da mais-valia não acompanha a proporção da produtividade, pois o aumento da produtividade não se transfere proporcionalmente para o crescimento da mais-valia. “Então, esse aumento

progressivo do capital constante em relação ao variável deve necessariamente ter por consequência a queda gradual na taxa geral de lucro (...).” (MARX, 1980, p. 242, III)

A necessidade de investimento permanente em capital constante para elevar a produtividade e compensar a queda das taxas de lucro, porém, chega a um ponto limite agravado pela superprodução e o crescimento desmedido do exército industrial de reserva proporcionado pela redução de capital variável na produção vai gerar conseqüentemente uma crise de subconsumo, o que levará fatalmente à nova queda dos lucros e às crises do capital.

(...) com o decréscimo relativo do capital variável, portanto, com o desenvolvimento da produtividade social do trabalho, massa cada vez maior de capital é necessária para pôr em movimento a mesma quantidade de força de trabalho e extrair a mesma quantidade de trabalho excedente. Assim, na mesma proporção em que se desenvolve a produção capitalista, acentua-se a possibilidade de um excesso relativo da população trabalhadora, não por decrescer, mas por crescer a força produtiva do trabalho social, por conseguinte não por surgir desproporção essencial entre trabalho e meios de subsistência os meios de produzi-los, mas por ocorrer desequilíbrio, oriundo da exploração capitalista do trabalho, entre o aumento progressivo do capital e o decréscimo relativo da necessidade que tem de população crescente. (MARX, 1980, p. 254, III)

Desta forma, o capitalismo, entre tantas outras atrocidades, transformou o desemprego em massa em um fenômeno permanente, estrutural. “Ele é um encontro do exército de reserva “natural”... com as conseqüências das novas tecnologias produtivas – nelas incluídas as contra tendências de novas camadas de superexploração” (MENEGAT, 2012, p.34).

Estimulado pela apropriação do trabalho excedente, o capitalista se põe contra a elevação do salário do trabalhador, quando não impõe a redução da renda e dos direitos trabalhistas de modo a diminuir os custos e aumentar a margem de lucro. As crises, portanto, ocorrem porque o objetivo final da produção não é o consumo e sim o lucro.

A organização produtiva fordista, base do processo produtivo do período anterior, foi suplantada por estas novas tecnologias e suas formas organizacionais derivadas. A produção se torna

flexível, com ciclos rápidos de maturação e obsolescência, tanto dos produtos como dos meios de produção e das linhas produtivas, podendo todos ser substituídos com relativa rapidez. A modificação do modelo fordista da unidade de produção implicou também um rearranjo sociopolítico que girou em torno do desmonte do Estado de bem-estar social ainda hoje em curso. Estas mudanças liberam energias que não podem ser absorvidas pelo capitalismo, a não ser destrutivamente. (MENEGAT, 2012, p.28)

A saída encontrada pelo capital, além da reestruturação produtiva, foi moldar o Estado aos novos objetivos do enfrentamento da crise. O neoliberalismo é a face mais cruel deste rearranjo.

2.2 Cultura no contexto da crise estrutural contemporânea

Diante de cada crise, o capital busca encontrar novas formas de recomposição. O enfrentamento da atual crise estrutural iniciada nos meados da década de 1970 ocorreu com o tripé: reestruturação produtiva, financeirização e ideário neoliberal; que se estabeleceu sob novas formas de valorização do capital, seja por meio da ocupação de novos espaços, criação de condições para investimentos e apropriação de riquezas naturais em países periféricos, entre outros. Fatores que fazem parte de um pacote de ajustes estrutural e técnico-administrativo, imposto por organismos multilaterais internacionais, como o BIRD e FMI, para manutenção, a qualquer custo, do modo de produção vigente e do seu padrão de acumulação.

A mundialização do capital pautou-se no aprofundamento de em um modo de funcionamento financeiro e rentista, ou seja, um estilo de acumulação com forte base especulativa e predatória. Especulativa porque tende a gerar um capital fictício para compensar a perda de valor sofrida na esfera da produção dada pela mudança da composição orgânica do capital. Predatório porque, a produção desmedida de um excedente da esfera produtiva é sintoma de uma regressão social sem precedentes, como aumento da distância entre ricos e pobres, do racismo, do xenofobismo, da crise ambiental generalizada, entre outros.

Segundo Harvey (2012), o fordismo representava a rigidez nas relações de produção, com a crise ele é substituído pela acumulação flexível, que traz a

flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados, dos produtos e dos padrões de consumo. Uma transição feita através da rápida implantação de novas formas organizacionais e de novas tecnologias produtivas. Por exemplo, o desenvolvimento da arena do consumo, se deu por dois motivos principais: a mobilização da moda em mercados de massa e a passagem do consumo de bens para o consumo de serviços.

Diante deste quadro, as consequências da aceleração generalizada, também tidas como influências pós-modernas, podem ser caracterizadas pela acentuação da volatilidade e efemeridade, “tudo o que é sólido se desmancha no ar”; por uma sociedade do descarte, não só de bens, como também de valores humanos; mercadorização e mercantilização da vida; ênfase no papel do simulacro, da réplica, sempre “mais do mesmo”.

Esses arranjos de emprego flexíveis não criam por si mesmos uma insatisfação trabalhista forte, visto que a flexibilidade pode às vezes ser mutuamente benéfica. Mas os efeitos agregados, quando se consideram a cobertura de seguro, os direitos de pensão, os níveis salariais e a segurança no emprego, de modo algum parecem positivos do ponto de vista da população trabalhadora como um todo. (HARVEY, 2012, p. 144)

O que tem é um retrocesso, é o arcaico ressurgindo entre o que há de mais “moderno”. São grupos de trabalhadores marginalizados; formas arcaicas de trabalho juntamente com organizações industriais estrondosas; sonegação de impostos e comércio ilegal. O que afeta diretamente a classe trabalhadora e seus postos de trabalho. A organização, principalmente sindical, depende de um número expressivo de trabalhadores formais, na base da produção, e as consequências do novo sistema de acumulação vêm solapando a mobilização dos trabalhadores.

O arcaico, entendido como pré-capitalismo ou o insuficiente desenvolvimento da produção capitalista, está superado. O arcaico que vemos agora espalhado pelo mundo, desde os países periféricos até as periferias dos países centrais, é a própria configuração deste modo de produção. O seu progresso não passa de formas ideológicas de um impressionante retrocesso. (MENEGAT, 2012, p. 25)

Mészáros (2009, p. 41) considera que “o conjunto do sistema esteja se aproximando de certos *limites estruturais* do capital”, iniciada na década de 1970 e se agravando em 2007 com a crise do setor imobiliário nos Estados Unidos, onde seus efeitos foram sentidos em todo o mundo, seja em maior ou menor proporção, devido à globalização do capital financeiro.

Sua natureza não pode ser explicada, como foi tentado de início, apenas em termos de uma crise *cíclica* tradicional, uma vez que tanto o âmbito como a duração da crise a que fomos submetidos nas últimas décadas superam hoje os limites historicamente conhecidos como crises cíclicas. (MÉSZÁROS, 2009, p. 41)

No Brasil, as consequências desta crise, iniciada em meados da década de 1970, chegaram um pouco mais tarde. Após anos de Ditadura Militar, período de grande desenvolvimento econômico, as manifestações populares, deram início à redemocratização do país. Tais direitos, que em outros países, já se desmantelavam frente a ofensiva neoliberal, aqui começam a ganhar relevância e fazer parte dos debates e luta política e se formalizaram com a Constituição Federal, no ano de 1988.

Mas o sonho durou pouco. Na década de 1990, o capital globalizado, foi tomando o seu espaço, principalmente “sob a condução política em conformidade com o ideário e a programática definidos no Consenso de Washington³, que se intensificou o processo de reestruturação produtiva do capital no Brasil” (ANTUNES, 2006, p.18 – 19). Instala-se no país, o neoliberalismo - no que há de mais cruel no sentido da palavra, e que vem se aprofundando, na proposta de um Estado cada vez mais ausente e mínimo para a classe trabalhadora. No contexto neoliberal os preceitos da constituição acerca da política social não se efetivaram, visto que os direitos foram submetidos a uma política econômica, voltada para os interesses do capital.

³ Segue uma nota explicativa sobre o Consenso de Washington presente em BOGO (2010, p. 51): A partir de 1970, com a crise do petróleo que afetou a economia de todos os países, aprofundou-se a discussão, especialmente na chamada Escola de Chicago, da proposta de um novo modelo econômico. Logo em seguida, os países ricos reuniram-se em Washington e formularam um programa que ficou conhecido como Consenso de Washington, no qual decidem enfrentar as crises econômicas por meio da desregulamentação da economia, da abolição das barreiras para a entrada e saída de capitais, da abertura comercial, da valorização do câmbio, da elevação do poder competitivo pela livre concorrência, da complexa privatização da economia, da reforma fiscal e equilíbrio das contas públicas.

Em 2002, com a eleição de Luís Inácio Lula da Silva, tinha-se a expectativa de diminuição das desigualdades através de uma melhor distribuição de renda, de que as políticas sociais teriam um caráter redistributivo e universalistas. Contudo esta expectativa não se consolidou. A política macroeconômica do governo anterior foi mantida e as políticas sociais permaneceram de forma fragmentada e subordinada à lógica econômica.

Intensificou-se um processo de privatizações, em que o Estado entregou ao capital, complexos industriais como a siderurgia, a petroquímica; e também serviços de grande importância, como empresas de distribuição de energia, de telecomunicações e bancos. O Estado “transferiu” suas responsabilidades entregando serviços essenciais para a exploração privada, caracterizando assim uma desnacionalização.

A desresponsabilização do Estado com a área social dificulta as possibilidades de se almejar um sistema amplo de proteção social. Nesse cenário o mercado e a sociedade assumem as responsabilidades do Estado ao atenderem as necessidades sociais. Eis a intensificação da mercantilização não só de bens e serviços, mas também das relações sociais de forma geral.

Não diferente no governo da presidenta Dilma Rousseff (2010 – 2014; 2015 - 2019), a política econômica vem priorizando a estabilidade monetária e o pagamento da dívida externa, o que provoca restrições no investimento nas políticas públicas. Não se pode pensar em política social dissociada de política econômica, uma vez que esta última é fundamental para a consolidação dos direitos sociais.

A política macroeconômica mantém uma intervenção estatal que fragmenta a questão social, à medida que as políticas sociais criadas para seu enfrentamento são segmentadas. A política social se constitui, portanto em um instrumento de controle do Estado capitalista, respondendo ao mesmo tempo interesses do capital e da classe trabalhadora.

Nesse novo estágio de exploração do capital, a valorização humana está intimamente ligada ao que se tem e não ao que se é. E a busca por identidade se atrela ao consumo e aprofunda as contradições sociais e a competição. Em um contexto onde o desemprego se eleva, a submissão ao capital ganha espaço em detrimento dos movimentos de resistência. Os trabalhadores

ganham características como, por exemplo: “o colaborador”, “parceiro”, num processo de “servidão voluntária” ao capital.

Como vimos, a política focalizada implica maior fragmentação da classe trabalhadora. Os que ainda têm emprego e acesso à seguridade social são considerados privilegiados e responsáveis pelo elevado grau de desigualdade existente no país. Do ponto de vista social, essa política se articula com os processos de flexibilização e precarização do trabalho, com ameaça e a retirada de direitos sociais e trabalhistas, em particular na saúde, educação e previdência social. Embora essas formas de combate à pobreza reduzam momentaneamente as carências das populações mais miseráveis, elas se inserem em uma lógica liberal e em um programa político conservador e socialmente regressivo, próprios da nova fase do capitalismo sob a hegemonia do capital financeiro. (FILGUEIRAS E GONÇALVES, 2007, p. 161)

Segundo Mészáros (2009), as grandes transformações desencadeadas por este processo mundial não se limitam ao campo econômico, “vai se tornar a certa altura muito mais profunda, no sentido de não invadir apenas o mundo das finanças globais mais ou menos parasitárias, mas também todos os domínios da vida social, econômica e cultural” (p.17).

Para Jameson (2006) a pós-modernidade coincide com esta nova lógica cultural, desta fase da crise do capitalismo tardio.

Para Evangelista (1992, p. 11) “estaríamos diante de uma verdadeira crise de paradigma”, ou seja, um período de críticas às teorias sociais que postulam a ideia de que é possível apreender a realidade através da totalidade; crítica às experiências empíricas, logo uma crise das metanarrativas.

Tal contexto leva a uma fragmentação da realidade e do conhecimento sobre ela, à semiologização do real, ou seja, não existe a realidade, apenas o discurso, representado pela centralidade da razão discursiva e por um relativismo metodológico; e a centralidade da ação política nas organizações identitárias. Neste cenário, vê-se uma crise da identidade e das formações anteriores, ou seja, o florescimento de grupos locais reunidos em torno de múltiplas identidades em detrimento da noção de classe social.

As preocupações pós-modernas com o significante e não com o significado, com o meio (dinheiro) e não com a mensagem (o

trabalho social), com a ênfase na ficção e não na função, nos signos em vez das coisas, antes na estética do que na ética, sugerem um reforço, e não uma transformação, do papel do dinheiro descrito por Marx. (HARVEY, 2012, p. 99)

A nova “onda” iniciada na década de 1970 pode ser caracterizada por uma política fragmentada de grupos de interesse regionais e espaciais divergentes. Harvey (2012, p. 272-273), afirma que este problema comporta dois elementos que merecem atenção principalmente nas consequências da crise de representação nas formas culturais.

O primeiro considera a capacidade da maioria dos movimentos sociais de dominar melhor o lugar do que o espaço, o que dá um forte relevo ao vínculo potencial entre lugar e identidade social, patente na ação política. O segundo se volta para o esforço de construção qualitativa do lugar e dos seus significados, através da construção de lugares e promoção de imagem estética localizada, o que dá um sentido limitado e limitador da identidade.

“Creio ser justo dizer que a massa cultural muito se apoiou no movimento operário para obter sua identidade cultural no decorrer da década de 1960” (HARVEY, 2012, p. 312-313). O que há para se apoiar agora?

Oliveira (2007) denomina este período de “nova sociabilidade”, no qual o aprofundamento de políticas neoliberais, entre outros embates, coloca em xeque a formação de forças sociais bem delimitadas e “joga pelos ares” a possibilidade de gerar algum tipo de consenso.

Com a financeirização do capital, como vimos, o trabalho ganha novas configurações e por consequência, o trabalhador já não se reconhece como tal, se tornando cada vez mais consumidor, em detrimento de sua capacidade de mobilização e crítica.

(...) a metamorfose do capital produtivo em capital financeiro retira o conflito da agenda entre os atores (...). Os trabalhadores não conseguem enfrentar-se com o capital financeiro, pois não têm relações diretas com ele, a não ser sob a forma “nacional” ou como consumidores. O terreno do conflito foi modificado e por isso ainda não há “política”, apenas “polícia”, que é representada nos programas dos partidos. A sociabilidade do individualismo, do êxito, da capacidade empreendedora, do mercado como último *ratio*, como signo dos novos tempos, é aceita acriticamente (...). (OLIVEIRA, 2007, p.45)

A crise estrutural vigente produz uma atmosfera propícia para o desencadeamento de processos restritos à manutenção da vida em detrimento de projetos sociais a longo prazo. Quanto mais se naturaliza os processos sociais e enfatiza o individualismo, mais se legitima o modo de produção vigente.

2.3 Questões sobre o futuro das formas de organização coletiva

O capital chegou ao estágio em que, o desenvolvimento das forças produtivas, ou seja, a incorporação de tecnologia para aumentar cada vez mais a produção – consequentemente, os lucros – já não é mais acompanhada proporcionalmente pelo crescimento da taxa de lucro. Este é o mecanismo responsável pelo desencadeamento de crises como a atual crise estrutural do capital, que foi mencionada anteriormente.

Assim, as relações sociais, não desassociadas do contexto econômico, tornam-se reificadas, tudo se torna instrumento de consumo e manipulação. Vários termos são utilizados para denominar esse momento da sociedade capitalista: sociedade pós-industrial, sociedade do consumo, sociedade das mídias, da informação, sociedade eletrônica ou high-tech e similares. Para Jameson (2006), algumas das teorias em voga têm a óbvia missão ideológica de demonstrar, para o seu próprio alívio, que a nova formação social em questão não mais obedece às leis do capitalismo clássico, a saber, o primado da produção industrial e a onipresença da luta de classes.

A retórica do mercado tem sido o componente central e fundamental nesta luta ideológica, a luta pela legitimação ou deslegitimação do discurso de esquerda. A capitulação diante das várias formas de ideologia do mercado – por parte da esquerda, quero dizer, deixando de lado todos os outros – tem sido imperceptível, mas alarmantemente universal. (JAMESON, 2006, p. 271)

Desta forma, sem muitas opções dentro do processo produtivo, para manter tais taxas em crescimento, o ideário capitalista invade cada vez mais, a subjetividade humana, produzindo uma espécie de lavagem cerebral, onde as

mercadorias mais inúteis e descartáveis aparecem como indispensáveis e extremamente necessárias. Tudo dentro de uma ótica consumista sem precedentes, que se estende para o âmbito das relações interpessoais. As pessoas passam a ter valor social pelo o que consomem, está é uma das faces do que Iamamoto (2012) chamou de “banalização do humano” e a “subordinação da sociabilidade humana às coisas”.

O predomínio do capital fetiche conduz à banalização do humano, à descartabilidade e indiferença perante o outro, o que se encontra na raiz das novas configurações da *questão social* na era das finanças. Nessa perspectiva, a questão social é mais do que as expressões da pobreza, miséria e “exclusão”. Condensa a banalização do humano, que atesta a radicalidade da alienação e a invisibilidade do trabalho social – e dos sujeitos que a realizam – na era do capital fetiche. A subordinação da sociabilidade humana às coisas – ao capital-dinheiro e ao capital mercadoria – retrata, na contemporaneidade, um desenvolvimento econômico que se traduz como barbárie social. Ao mesmo tempo, desenvolvem-se, em níveis sem precedentes históricos, em um mercado mundial realmente unificado e desigual, as forças produtivas sociais do trabalho aprisionadas pelas relações sociais que as sustentam. (IAMAMOTO, 2012, p. 125)

Desta forma, criam-se cada vez mais massas sobrantes na população, que já não tem nem mesmo a função de regulação do mercado de trabalho, como exército industrial de reserva. Não apresentam mais função alguma para o capital, chegam a ser um fardo, um peso morto, onde pouco importa sua existência ou não. É a “banalização” se expressando também, no aumento da criminalização da pobreza e no genocídio em massa, transvestido de segurança pública.

Retomando Oliveira (2007) “o terreno do conflito foi modificado e por isso ainda não há “política”, apenas “polícia” (...)” (p. 45). Uns não têm, senão o objetivo de realização de desejos próprios, individuais; outros, “consomem” somente a desesperança no futuro.

É neste sentido que Bühr (2010) discorre acerca da “crise da sociabilidade”, uma vez que o capital se apropria também da *práxis social interativa* para sua reprodução. “A reprodução dessa relação social, que é o capital, exige que todas as relações sociais (e não mais somente as relações de produção) sejam submetidas à “lógica” da equivalência de troca mercantil”

(p.144). Em outras palavras, o processo de mercantilização na sociedade capitalista desencadeou a perda da capacidade teleológica do homem, da possibilidade de ações determinadas a um fim, o que afeta diretamente o indivíduo e a sua subjetividade.

O capital exige que não só as relações de produção, como também as sociais, se submetam à “lógica” do mercado. “A socialização capitalista da sociedade é também e simultaneamente *dessocialização*: dissolução das relações comunitárias, relaxamento do vínculo social, privatização da vida social”. (BIHR, 1999, p. 145-146)

O capitalismo expropria as práticas sociais dos atores sociais, fazendo desaparecer referências significativas para os mesmos. Porém, o sistema precisa, dentro do seu limite, de “homens sociais para sua reprodução” (BIHR, 1999, p.148), agindo de forma funcional à sua manutenção e legitimação, o que contraditoriamente, gera espaço para os movimentos de resistência.

Daí o desenvolvimento inquietante de comportamentos anômicos e desviantes na escala de grupos sociais inteiros, e de algumas categorias de jovens em particular: recusa em “se integrar”; crise de motivação; utilização da violência como última moda de comunicação; refúgio nos “grupos de fusão”, na droga, na loucura, no suicídio. Daí também a obsessão dos governantes em restabelecer esse consenso mínimo, suscitando a mobilização da sociedade em torno de “grandes causas”: a segurança, o câncer, a Aids, a pobreza. (BIHR, 1999, p. 151)

Os chamados “novos movimentos sociais” são organizações plurais, mas tendem a ser menos duráveis do que as organizações com mote nas classes sociais. Para Wood (2003), estes movimentos e práticas alternativas têm como mote principal a afirmação de interesses culturais e afirmação de identidades sociais, tendencialmente desvinculadas da base material e em detrimento das classes sociais. Cada grupo busca desenvolver uma forma particular de resistência, variando de acordo com a opressão vivida, não se questiona a ordem vigente, a exploração e a dominação de classe.

Suas lutas não tem um centro de coordenação, algo que os unifique. Suas reivindicações têm como foco principal as transformações individuais na sociedade civil, ainda que conseqüentemente possam causar algum impacto no Estado, são reivindicações de minorias para minorias, nada que coloque em

cheque a ordem, logo, são perfeitamente aceitáveis e cabíveis dentro do sistema. “Na verdade, é uma característica específica do capitalismo que seja possível um tipo particular de igualdade universal que não se estenda às relações de classe”. (WOOD, 2003, p.221)

Bihl (2010) entende esse período como um período de “crise cultural”, a que mais afeta o indivíduo e sua subjetividade, onde o processo de mercantilização fez com que as pessoas perdessem o real sentido da vida, levando a uma crise do sentido, o que se torna um desafio para as formas de organização coletiva, mas não uma impossibilidade.

Mas, um modo de produção não é um ‘sistema total’ nesse sentido ameaçador; inclui várias contrarreformas e novas tendências em seu interior, forças ‘residuais’ assim como forças ‘emergentes’ que ele tem que tentar administrar e controlar. (JAMESON, 2006, p.402)

É preciso criar um movimento de elaboração de sentidos que “possam ao mesmo tempo construir sua identidade, comunicar-se e participar da *práxis social*. Em síntese, dar sentido a existência tanto individual quanto coletiva. Ainda que, nessas sociedades, a existência tenda a ser desprovida de sentido” (BIHL, 2010, p. 163)

A apropriação da práxis social pelo capital tende, assim, a transformar a imensa maioria dos homens em simples executantes de práticas cujos pormenores tornam-se obscuros ou opacos para sua consciência. Mas por outro lado, ela não pode viver sem eles enquanto agentes efetivos dessas mesmas práticas. (p. 148)

O processo de reificação das condições sociais diminui as possibilidades de interações, obscurece as relações e contribui para a reprodução do capitalismo. E o ideário pós-moderno contribui ainda mais para esse olhar fragmentado e singular. Porém, o pós-modernismo não é uma categoria especificamente cultural, nomeia um “modo de produção” no qual a produção cultural tem um lugar funcional específico. (JAMESON, 2006).

O fato é que não é preciso aceitar os pressupostos da pós-modernidade, mas reconhecê-los e buscar entender sua estrutura pelo viés marxista é o que pode viabilizar um possível enfrentamento, pois, a cultura pós-moderna é umas

das expressões mais claras da atual fase do capital, sua leitura de “mundo” é extremamente compatível e funcional ao sistema vigente.

Eagleton (1999, p. 29-30) completa:

Pós-modernismo com várias fontes – (...) o recrudescimento da vanguarda cultural; a penetração da vida cultural pelo formato mercadoria; a diminuição de um espaço “autônomo” para a arte; (...). Mais independente de o que mais ela possa ser, o pós-modernismo foi gerado por uma repulsa política.

Adorno e Horkheimer (1985) dirigem sua crítica à forma como a Indústria Cultural esvazia a cultura popular, que traz a ideia de algo democrático, promovido pelo povo e para o povo, de sua criticidade.

No século XX, o capitalismo transformou a cultura em sua própria ideologia, “o mundo inteiro é forçado a passar pelo filtro da Indústria Cultural” (ADORNO e HORKHEIMER, 1985, p. 118).

Conforme os autores, a cultura não é algo separado do todo, autônoma. Mas isso representa trazê-la para o enraizamento cotidiano e entender as perdas sofridas a partir da sua mercantilização.

Ou seja, a Indústria Cultural é voltada para a produção e o consumo da cultura como mercadoria. Para Adorno e Horkheimer, a então conhecida cultura de massa não definia mais claramente o processo pelo qual a sociedade estava passando, já que os produtos passaram a ser criados e construídos para a massa e não pela massa. A Indústria Cultural é uma produção verticalizada, em uma sociedade completamente administrada.

Para os autores, a grande massa recebe padrões de comportamento e passa a consumir o que é desejável que consuma de forma passiva e desprovida de questionamentos. A mídia tem o poder e a eficiência para difundir ideias, valores e um padrão de comportamento, o qual escamoteia as diferenças e consegue se impor.

A diferenciação técnica e extrema especialização criou o caos cultural, onde sua vertente contemporânea confere a tudo um ar de semelhança. “Não passam de um negócio, eles a utilizam como uma ideologia destinada a legitimar o lixo que propositalmente produzem” (ADORNO E HORKHEIMER, 1985, p.114).

A partir deste processo, já não se faria mais necessária à imposição pela guerra ou pelo poder de um Estado forte e autoritário, a difusão de valores e de padrões de comportamento teriam, segundo estes, a função de impor a vontade de um grupo dominante aos seus dominados, através da ideologia.

Já não bastava ao capitalismo ter se apossado do corpo do trabalhador (venda da força de trabalho), teria, agora, que se apossar da mente deste, dominando o seu pensamento e direcionando para o caminho mais interessante para aqueles que detêm o poder de influenciar.

Conforme os autores, a “diversão é o prolongamento do trabalho sob o capitalismo tardio. Ela é procurada por quem quer escapar ao processo de trabalho mecanizado, para se pôr de novo em condições de enfrentá-lo” (ADORNO e HORKHEIMER, 1985, p. 128). Torna-se, assim, parte do consumo narcisista e ilusório. E por serem produtos que supostamente respondem às necessidades dos próprios sujeitos, eles são aceitos sem resistência. “Daí que o consumo hoje é muito mais que apenas satisfação de necessidades, ele é sinônimo de pertencimento, identidade e encerra valores simbólicos e morais” (BAPTISTA, 2006, p.05).

Novas tecnologias, o consumo fetichizado, assim como os produtos da Indústria Cultural estão voltados para o “tempo livre” do trabalhador, porém, com vistas à lógica produtivista, o que possibilita o controle social para além do espaço de trabalho. Sua função é adaptar o indivíduo ao que já existe, mas com outra roupagem, através de um reformismo para a manutenção pela repetição.

Tem não só caráter econômico como também ideológico, ou seja, não vende apenas mercadorias, mas também, e principalmente comportamentos. “O inimigo que se combate é o inimigo que já está derrotado, o sujeito pensante” (ADORNO e HORKHEIMER, 1985, p. 140). Os autores apontam um caminho dentro deste sistema que, como já foi sinalizado, é contraditório em sua essência:

(...) A impotência é sua própria base. É na verdade uma fuga, mas não, como afirma, uma fuga da realidade ruim, mas da última ideia de resistência que essa realidade ainda deixa subsistir. A liberação prometida pela diversão é a liberação do pensamento da negação. O descaramento da pergunta retórica: “Mas o que é que as pessoas querem?” consiste em

dirigir-se às pessoas como sujeitos pensantes, quando sua missão específica é desacostumá-las da subjetividade, mesmo quando o público se rebela contra a indústria cultural, essa rebelião é o resultado lógico do desamparo para o qual ela própria o educou. (ADORNO e HORKHEIMER, 1985, p.135)

Mas, de fato este sujeito está morto como deseja o ideário neoliberal e enfatiza a cultura pós-moderna?

Segundo Baptista (2009, p.201), “o trabalho embora alienado, é capaz de construir uma identidade histórica de pertencimento pela condição de exploração e de subordinação a que o trabalhador está submetido”. É o caso visto anteriormente da condição da questão social como um fator sócio-político, que através do seu reconhecimento, traz no seio da contradição burguesa, seu próprio questionamento.

Porém, ao mesmo tempo, a Indústria Cultural só tem sucesso por causa do trabalho alienado, onde é roubado parte do ego e de sua humanidade, pois o trabalho, diferente do seu pretendido caráter criador, traz esgotamento psíquico e físico. Desta forma, cabe à Indústria Cultural preencher o vazio deste esgotamento que enfraquece o ego e baixa a autoestima. Onde, tal reforço apenas intensifica a individualização e estratifica o consumidor.

“A racionalidade técnica hoje é a racionalidade da própria dominação. Ela é o caráter compulsivo da sociedade alienada de si mesma” (ADORNO E HORKHEIMER, 1985, p. 115), ou seja, não se trata de um processo evolutivo da sociedade, mas contextual, e nem mesmo uma desculpa para tal, mas parte intrínseca do mesmo. A Indústria Cultural tem origem nos países liberais e nas leis universais do capital.

A fabricação de mercadorias destinadas à diversão são cópias que reproduzem o próprio processo de trabalho, onde escapa o processo de trabalho em lócus adaptando-se a ele no ócio. “O expectador não deve ter necessidade de nenhum pensamento próprio, o produto prescreve toda reação”, o esforço intelectual pode e deve ser evitado. Nenhuma barreira se eleva contra o progresso cultural, divertir-se significa estar de acordo, “quem resiste só pode viver integrando-se” (ADORNO e HORKHEIMER, 1985, p. 123 e 128).

“Quanto menos promessas a Indústria Cultural tem a fazer, quanto menos ela consegue dar uma explicação da vida como algo dotado de sentido,

mas vazia torna-se necessariamente a ideologia que ela difunde” (p. 137). O que não significa, conseqüentemente, um enfraquecimento de suas conseqüências e armadilhas, nem tão pouco do seu desvelamento sobre a realidade. Muito pelo contrário, ela entra em um nível de abstração tal que retorna à mitologização do real.

A história parece dar um nó, onde a ponta do novelo está perdida no emaranhado de fios, pois diante do atual contexto de crise do mundo do trabalho, com altos índices de desemprego e reconfiguração de suas características, qual o espaço destinado ao sujeito para o reconhecimento das contradições do sistema e da exploração do trabalho pelo capital? E o futuro dos jovens onde se insere neste contexto?

Segundo Baptista (2008), o número de jovens equivale a 25% da população mundial, sendo que no Brasil, esse número cresce para 26,8%, destes, 18% encontram-se desempregados. Para complementar, “estudos divulgados pelo DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, mostram que 45,5% do total de desempregados brasileiros têm entre 16 e 24 anos” (ESTEVES e ABRAMOVAY, 2009, apud SCHERER, 2013, p. 37)

É este contexto histórico que faz florescer nos jovens valores antagônicos, aparentemente incoerentes, mas que refletem exatamente um conhecimento construído a partir de ambigüidades que não estão na consciência destes jovens, mas sim na realidade em que se inserem.

CAPÍTULO III:

“JUVENTUDE É APENAS UMA PALAVRA”⁴: DO CONCEITO À FORMAÇÃO DA JUVENTUDE

Do rio que tudo arrasta se diz que é violento.
Mas ninguém diz violentas
As margens que o comprimem.
(Bertolt Brecht – Da violência)

3.1 Território, juventude urbana e crise

Não deve causar estranhamento o fato de que os jovens tanto reproduzem, quanto resistem à sociedade em que vivem. Não se trata mais apenas de um fenômeno quantitativo, ainda que os números continuem crescendo, principalmente de jovens vítimas de violência, mas principalmente de uma mudança qualitativa ou ideológica, que introduz uma autoimagem individualista, apolítica ou apática, ou, ainda, muitas vezes, antipolítica.

Contudo, o local de moradia reforça pré-conceitos e diz muito da vida do jovem. O território ocupado por ele vai influenciar diretamente nas relações que estabelece, ou não. Muitas vezes estes pré-conceitos estão entranhados de senso comum e tendem a naturalizar a inserção dos jovens nestes espaços e de culpabilizar e criminalizar a questão da pobreza, como foi visto.

Outros estudos evidenciam que a desigualdade social vivenciada pela juventude confronta e amedronta esses jovens, causando sensações individuais e coletivas de revolta e angústia. Esses ingredientes são sistematicamente reforçados pelo preconceito em relação ao seu local de moradia, de tal forma que esse local pode dizer muito da vida social de cada jovem e determinar o tipo de aceitação que se poderá perceber nos grupos, nas redes sociais e no mercado de trabalho. (...) [o local de moradia] é invariavelmente, sinônimo de dificuldade para conseguir emprego e amigos de outros círculos sociais e pode levar a constrangimentos junto ao aparato policial. (BAPTISTA, 2012, p.265-266)

⁴ Bourdieu, 1983.

Não podemos reduzir a vida cotidiana apenas ao espaço demarcado especificamente pelo território. Esta seria uma visão simplista das relações estabelecidas, negligenciando a totalidade da vida social, porém ele traz significativas questões para nosso estudo.

Ribeiro (2011, p. 06), afirma:

(...) reduzir a vida coletiva a uma dimensão do espaço pode trazer a intensificação dos mecanismos de controle social, colocando as identidades culturais aos elementos mais visíveis de paisagem e restringindo o mapeamento de determinantes das desigualdades sociais.

Para Ribeiro (2011), existem dois movimentos paralelos neste circuito: a ação dominante e a ação estratégica. À primeira convém destacar isoladamente o território, que se apresenta como o último passo de controle social exercido sobre o espaço social. À segunda, cabe uma “ação racional dirigida a fins que inclui o conhecimento mais profundo possível do território” (p. 06), o que não significa ficar restrito à ele, uma vez que o espaço é relacional e quanto mais restrito, maior é a redução dos sentidos da ação.

Desta forma, vale ressaltar a diferença que Ribeiro (2011) traz sobre ação e atividade. A ação descobre o que ainda não existe, se caracterizando assim por um potencial libertário. A atividade por sua vez, é o oposto, reitera o que já existe, através de uma visão funcionalista e não significa que estar envolvido em várias atividades aguça a autonomia do sujeito social. “No entanto, a ativação da sociedade, possibilitada pelas novas tecnologias, cria um afã cego por mais atividades e mais consumo, que pode adiar a conquista de formas realmente libertárias de organização social” (p.05).

(...) em todos os lugares e idades há dificuldades para se encontrar meios de ação para a resolução dos problemas coletivos. A crítica mais acentuada sobre os (as) jovens pode estar na “função sociológica” que as sociedades modernas atribuíram à juventude de ser agente de revitalização da vida social, força oculta pronta para ser utilizada nos processos de mudança (MANNHEIM, 1968, apud IBASE, 2005, p.09)

Não por acaso, o jovem é tido como “sangue novo”, “viril”, “o futuro”, na trajetória da construção categórica, como veremos mais adiante. Porém, com o

agravamento das condições de vida dos jovens, cresce também a sensação de insegurança e incerteza futura, e a desesperança em seus potenciais e “ações”, desenvolvendo cada vez mais “atividades”. A crise foi o fator objetivo da exclusão e da impossibilidade de incorporação de maneira produtiva e cidadã destes jovens na sociedade atual.

A pesquisa “Juventude Brasileira e Democracia: participação, esferas e políticas públicas” realizada no país no período de 2004 e 2005 com jovens entre 15 e 24 anos, nos mostra que a juventude reconhece o caminho político na consolidação do processo democrático e também consegue identificar as potencialidades político-institucionais de promoção de mudanças desejadas, porém, não se veem participando diretamente. É o fato de reconhecer que potencialidades sem ação, são meras atividades, reprodução do *status quo* e fixação de “não-lugares” para estes jovens.

As formas de participação presentes no Estado e na sociedade civil são percebidas como muito distantes da realidade cotidiana dos(as) jovens investigados(as), que revelam ainda, de modo contundente, a existência de espaços interditados a participação. Pode-se observar que os lugares socialmente reconhecidos para a participação na vida pública acabam sendo um “não-lugar” para esses jovens. (IBASE, 2005, p. 72)

Toda esta dinâmica está relacionada àquela sensação de que quanto mais atividades fazemos, sentimos que menos tempo temos e menos coisas realizamos. Trata-se do caráter aprisionador das atividades em detrimento da ação social, cultural e política, que é libertária. Ou seja, é a redução da *práxis interativa*, aqui especificamente a cultura, a lógica econômica e do entretenimento, são as potencialidades sem ação.

Como afirma Scherer (2013, p.81) “apenas uma forma de lazer, de ‘passatempo de rico’”, ou se preferirem, de controle social para além do espaço da produção, onde “a prática social é em seu conjunto, submetida aos imperativos da reprodução do capital, sendo conseqüentemente remodelada tanto em suas formas como em seus conteúdos” (BIHR, 1999, p. 144), tudo exatamente dentro dos padrões necessários a sua reprodução.

A apropriação desigual da riqueza cultural é um dos recortes de classe social que define o “lugar” ou “não-lugar” de cada um. Aqui, ainda segundo Bih

(1999, p. 144), “deve-se incluir a centralidade urbana, por meio do qual se organiza o espaço-tempo social da acumulação do capital”.

O surgimento das cidades está intimamente ligado à produção de excedente, quando a transformação das formas de apropriação do território gera, entre tantos outros fatores, a dominação de um pelo outro, a desigualdade social, mecanismos como a escrita, a criação de instituições como o Estado e o Exército. Este fenômeno é claramente um fenômeno de classe, que proporcionará um processo de urbanização essencial para o desenvolvimento e manutenção do sistema capitalista.

O termo urbano só passa a ser aplicado ao processo de generalização das cidades a partir da consolidação do capitalismo, pois ele se torna o lugar do capital. Para Harvey (2013), a urbanização foi uma das formas encontradas pelo sistema para se estabilizar em momentos de crise e manter sua taxa de exploração e lucro elevadas.

De acordo com Walter Benjamin (2012), a construção da cidade moderna se deu por dois motivos principais e bem delimitados, a necessidade de atender ao capital financeiro e à sua ordem especulativa e imobiliária, assim como, controlar a emergente classe trabalhadora. Este último por sua vez, também marcado por um duplo caráter, o disciplinamento através da regulação do seu modo de vida como trabalhador e também em seu tempo livre, tornando-o consumidor.

Assim, “hoje é necessária uma cartografia que valorize contextos da ação, vínculos sociais, vivências e experiências” (RIBEIRO, 2011, p.09), e a cidade, entendida como uma dimensão do espaço, determinada historicamente, é ainda a expressão mais clara das relações de classe. Ocupando um lugar de mediação entre o poder político e a sociedade em seu conjunto, e é o local onde as contradições da sociedade se manifestam, não sendo possível dissociá-la dos conflitos de classe.

O capital, na busca em se resignificar e ganhar novos espaços de obtenção e manutenção de suas taxas de lucro, principalmente em períodos de crise, ocasiona mudanças socioeconômicas, políticas e culturais que acarretaram transformações significativas no estilo de vida da população, seja por meio de intenso investimento em infra-estrutura, alterando a configuração

das cidades e a distribuição das classes pelo território urbano, ou pela criação de uma nova identidade urbana, como aponta Harvey (2013).

Cada vez mais, os espaços se constituem como fragmentos dentro de um mesmo lugar. São ricos e pobres que se separam dentro de uma mesma cidade, muitas vezes inicialmente por grandes muros de concreto. E essa segregação espacial se transfere para o social, criando grupos que se identificam por sua questão territorial, porém, se tornam autônomos uns dos outros.

Essas crises sociais não são menos reais hoje do que ontem, mesmo se elas se manifestam de maneira menos espetacular, ocultadas como são pela crise econômica. Pois elas se incorporam diretamente à sociabilidade engendrada pela apropriação capitalista da práxis. Assim, na implosão/explosão da realidade urbana encontramos a expressão espacial da socialização capitalista da sociedade, com suas contradições específicas: intensificação das comunicações sociais nos centros urbanos e, ao mesmo tempo, agravamento dos fenômenos de segregação espacial e de anomia social nas periferias. Do mesmo modo que encontramos no universo frio, impessoal, estranho da grande metrópole capitalista, marcado por um urbanismo funcionalista e entregue à especulação imobiliária, a expressão geral da reificação da vida social. (BIHR, 2010, p.149-150)

Esse processo dificulta outras formas de identificação, como por exemplo, a urbana, de cidadania e pertencimento. Reduzindo os contatos para fora das áreas segregadas, diminuindo as oportunidades de mobilidade e ajudando a perpetuar situações de pobreza pelo enfraquecimento de vínculos com outros espaços da cidade.

Segundo Harvey (2013), o homem ao constituir a cidade, num processo dialético, também se refaz continuamente a partir dela, remodelando os processos de urbanização. O que, para ele, caracteriza este direito como um exercício do direito coletivo. “Direito à cidade é muito mais que a liberdade individual de ter acesso aos recursos urbanos: é um direito de mudar a nós mesmos, mudando a cidade” (s/n).

A complexificação da vida moderna, desmistificou o sujeito autônomo e autocentrado, marcado por identidades definidas. Com o advento da pós-modernidade, a identidade não é mais una, são múltiplas identidades, está

fragmentada e em sua maioria aparece de forma contraditória e descartável, pode ser mudada e substituída a qualquer tempo. O que dificulta o sentimento de pertencimento a um grupo ou um lugar.

Um exemplo forte é o superaquecimento do mercado imobiliário, que é uma ação especulativa, característico desta “nova” fase da acumulação capitalista, que se sobrepõe à produção, que ao mostrar seus traços de esgotamento na crise imobiliária de 2007, busca outras formas de manutenção. Tende a transferir/desapropriar a população dos grandes centros para as periferias, desconsiderando sua cultura e organização espacial, a fim de transformá-lo em *lócus* privilegiado de grandes construções do capital. O que gera conflitos, segregação, altos custos para a classe trabalhadora, seja com aluguel, transporte e demais serviços públicos.

Harvey denomina este fenômeno de “acumulação por desapropriação”, ou seja, os interesses do capital em detrimento da classe trabalhadora, onde a viabilização do processo de acumulação está na desapropriação territorial das camadas pobres da população. Processo também financiado e incentivado pelo Estado.

Em síntese, Harvey (2013) afirma que, garantir o direito à cidade é “garantir a participação direta dos cidadãos nos processos de produção e reconfiguração das cidades”. Como garantir este direito ao jovem? Ele sente-se e torna-se excluído neste processo? Mas excluído de onde? Ou por quem? Ou por quê?

Segundo Cassab (2001) ser excluído significa que o sujeito é excluído de alguns circuitos e por isso, conseqüentemente incluído em outros. “O excluído não existe por si só, ele é uma realidade sempre ligada a outra” (p. 22), é o “não-lugar” que instaura e formata um lugar mais que determinado, um lugar do consumo por excelência, sobretudo de imagens e ícones que delimitam e estipulam os comportamentos a serem adotados.

Jameson parte do pressuposto de que há uma correspondência entre a produção cultural e as experiências e modos de subjetividade nas sociedades capitalistas contemporâneas: a fragmentação e a falta de profundidade, o caráter de dispersão, dissolução e esquizofrenia, a instabilidade, a descontinuidade e o descentramento, a

experiência do tempo como um presente perpétuo e portanto, espacial.” (GAZOLLA, 1994, apud, CASSAB, 2001, p.24)

O direito à cidade significa fazer uso dos equipamentos urbanos e adquirir condições de reconstruir o modelo de cidade vigente. Desta forma, a luta pelo território, onde os jovens se encontram e devem se (re)conhecer, aparece como um caminho, uma possibilidade para mudanças das condições de vida e dos papéis sociais, num movimento cotidiano. Porém, a luta precisa ser coletiva e organizada, adquirindo assim, autonomia.

Paralelo à luta pelo território, a cultura, como espaço de socialização, exercita a relação e a participação, principalmente no processo político formativo.

De acordo com os dados do Censo de 2010 - IBGE⁵, o Brasil tem 51,3 milhões de jovens entre 15 e 29 anos, o que representa 26,1% da população do país, sendo que 84,8% vivem na área urbana e 15,2% na área rural. Do total de jovens, 49,6% são do sexo masculino e 50,4% do sexo feminino. De acordo com as faixas etárias, tem-se 20% entre 15 e 17 anos, 47% entre 18 e 24 anos e 33% de 25 a 29 anos de idade. Em relação à renda domiciliar *per capita*, 28% se encontra nos estratos baixos, ou seja, que vive com menos de 290,00 reais por mês, 50% nos estratos médios e apenas 11% nos estratos altos, levando em consideração que estamos nos remetendo aos jovens que vivem com uma renda acima de 1.018,00 reais/mês.

Estes dados, apesar de sucintos e superficiais vão nos ajudar a entender o contexto e a situação em que vivem o segmento social que nos propusemos a estudar e de quais jovens estamos falando.

3.2 A construção do conceito de juventude e da forma de “ser jovem”

A juventude tornou-se elemento de suma importância para o entendimento das diversas características das sociedades modernas, assim como, “a modernidade é também o processo histórico-social de construção das juventudes como hoje as conhecemos” (GROPPO, 2000, p.12).

Um tempo do imediatismo, da agilidade, do culto ao corpo, da técnica,

⁵ Fonte: Agenda Jovem Brasil, 2013

do apelo à subjetividade e da anulação do outro, no qual o aprofundamento de políticas neoliberais coloca em xeque a formação de forças sociais bem delimitadas e a possibilidade de gerar algum tipo de consenso. “Uma das consequências mais imediatas da exasperação descontrolada do mercado é a irrupção da violência e a banalização da vida” (CASSAB, 2001, p. 175).

Em que instância estes jovens se inserem diante de tal contexto? Quais os determinantes que apontam para um esvaziamento (ou não) da ação política deste segmento?

Não há como negar que o contexto em que os jovens se inserem é determinante nas suas formas de socialização e movimento. Quanto mais restritos em seus espaços, menor suas possibilidades de organização e questionamento. Contudo, os jovens se mostram conscientes da *ordem*, e ainda assim, “eles sonham seu futuro dentro das fronteiras que estão desenhadas para eles” (CASSAB, 2001, p. 181).

Para Mannheim (1978), o período da juventude é a fase em que o sujeito tem o seu primeiro contato com a vida pública, com os processos contraditórios da sociedade, se deparando com um processo de ruptura e conhecimento.

Assim, o jovem é visto como um “agente revitalizador”, porém, tal potencial pode tender para um lado ou para outro, afinal o jovem não é naturalmente progressista, mas também não está totalmente envolvido no *status quo*. Desta forma, é na experiência coletiva que “os sentimentos e ações desarticulados se transformam em funções sociais” (MANNHEIM, 1978, p. 94), ou seja, em contato com outras gerações que é possível vislumbrar mudanças.

Porém, vale lembrar que a questão da juventude nem sempre foi pensada da forma como se configura hoje, assim como a relação com as gerações passadas.

Para este trabalho, nos basearemos na construção histórica sobre juventude delineada por Cassab (2001), primando pelo entendimento do conceito como um fenômeno em constante mutação e entendido no plural: juventudes! Uma vez que este marco geracional apresenta-se de múltiplas formas a partir de suas origens e posições de classe e são elas que determinarão de que jovem estamos falando.

A heterogeneidade do termo e das vivências deste segmento geracional levou autores, como Groppo, a considerar a categoria em seu plural, “juventudes”.

Ou seja, a multiplicidade das juventudes não se funda num vazio social ou num nada cultural, não emerge de uma realidade meramente diversa, ininteligível e esvaecida. Tem como base experiências sócio-culturais anteriores, paralelas ou posteriores que criaram e recriaram as faixas etárias e institucionalizaram o curso da vida individual – projetos e ações que fazem parte do processo civilizador da modernidade. (2000, p.19)

Nos séculos passados a sociedade buscava padrões estéticos que pudessem aproximá-los da velhice, uma vez que se reconhecia como fases da vida apenas a infância, maturidade e velhice. A noção de juventude como momento específico da existência humana só aconteceu no mundo romano como consequência da concentração acelerada da propriedade da terra, do capital e do escravismo.

No século XVIII, por exemplo, os jovens usavam perucas brancas para aparentar mais idade. Posteriormente, lançavam mão de roupas mais escuras e solenes para dar-lhes ar de maturidade. No século passado sua valorização esteve atrelada a entrada na vida produtiva, como trabalhadores necessários à reprodução do sistema.

Tal configuração teve seu auge na Antiguidade Clássica com o processo de urbanização e o surgimento de uma massa de despossuídos. Desta forma, a noção de juventude, surgiu por via jurídica e objetivava um controle, por parte dos adultos, de uma parcela da sociedade que se tornava potencialmente perigosa no contexto da cidade, pois colocava em risco o futuro da acumulação capitalista.

Inicialmente, o reconhecimento veio apenas para os rapazes oriundos da pequena burguesia, pois estes seriam responsáveis pelo patrimônio e assumiriam, em forma de herança, os bens que deveriam ser protegidos.

Consequentemente moças e jovens pobres não foram reconhecidos nesta condição, haja vista que as mulheres eram consideradas inofensivas e “objeto” pronto para o matrimônio e os pobres, desde os 7 anos de idade já

eram obrigados a se vestirem como adultos, a assumirem papéis sexuais e a serem enviados para trabalhar como criados na casa dos burgueses.

Assim, ainda no início da história já podemos destacar que a “emergência da juventude como um momento peculiar inicia-se, portanto, sob um signo de exclusão” (CASSAB, 2001, p. 66).

Uma das principais mudanças aconteceu com o advento da industrialização na Europa, através da institucionalização da escolarização serial e regular, porém ainda, para jovens oriundos das classes burguesia e também filhos de profissionais liberais e comerciantes. O viés cada vez mais era de um espaço de disciplina e obediência.

Para além da escola, lançava-se mão do serviço militar para instaurar a vigilância sobre os mesmos. Este, ainda no século XVII, não era específico para rapazes, serviam também os velhos, crianças e as mulheres. Somente no século XIX é que o serviço militar ganha contornos e função de educar e virilizar os rapazes, como atividade peculiar aos jovens varões (CASSAB, 2001, p.68).

O serviço militar obrigatório foi motivo de revolta entre os jovens, mas estes foram duramente reprimidos. Os quartéis desempenhavam um papel de agente educativo, voltado para a formação moral e cívica e um espaço de disseminação das ideias dominantes entre os jovens pobres, enquanto os jovens burgueses e abastados podiam ser poupados do recrutamento através de dispensa e reforma ou até mesmo, se convocados, liberados mediante pagamento em espécie.

A industrialização crescente recrutava mão de obra, barata, e passados dos 13 anos, o trabalho também se tornava um dos destinos dos jovens pobres do século XIX. Desta forma, o jovem operário começa a circular mais pela cidade e as mulheres continuavam invisíveis e preparadas para o matrimônio e os trabalhos domésticos, ainda que houvesse algumas exceções nas fábricas, pois também eram espaços, ainda que em número reduzido, para as moças pobres. Não por acaso, a juventude naquele tempo, era pensada única e exclusivamente no masculino.

Segundo Cassab, “essas imagens que se tinha da classe operária à época são uma das fontes de forte identificação entre as ideias revolucionárias e a juventude”. Pois, “é na primeira metade do século XIX quando fervilham as

revoltas do proletariado urbano, que a classe operária vai ser rotulada de “classe perigosa”, e, como foi visto, era composta em sua maioria de jovens trabalhadores” (2001, p.72).

A juventude – e, antes, a infância – foi vivida primeiro pelas classes burguesas e aristocratas, para depois tornar-se um direito das classes trabalhadoras. Já a juventude típica do século XX, a juventude “rebelde-sem-causa”, radical ou delinquente, é, primordialmente, uma imagem baseada no jovem das chamadas “novas classes médias”. A juventude ideal e primitivamente construída – urbana, ocidental, branca e masculina – outras juventudes vieram (ou tentaram) juntar-se – rurais, não-ocidentais, negras, amarelas e mestiças, femininas etc. São outras juventudes que construíram para si representações e relações sociais concretas distintas, em diversos graus, do padrão considerado ideal ou típico da juventude em sua época (GROPPO, 2000, p.16)

Esta identificação entre jovem e revolução, vai causar, posteriormente, conflitos geracionais, pois vão desencadear a desconfiança das gerações anteriores, e um sentimento de descrédito na geração que era entendida e preparada para direcionar os “negócios” do futuro, em prol da manutenção da ordem e do progresso. Este cenário vai gerar um mundo jovem independente dos adultos, uma ideia de juventude radicalmente diferente da dos seus pais.

A ambiguidade que a identidade dos jovens carrega nas sociedades industriais, oscilante entre esperança e ameaça, vai produzir nas instituições especializadas para lidar com esse segmento etário, um tipo de prática de supervisão compulsiva sobre eles. Os jovens são esquadrihados e controlados em seus pensamentos e comportamentos. A juventude passa a ser identificada como um período de emoções violentas, agressividade, instabilidade emocional e curiosidade sexual sem limites. (CASSAB, 2001, p.69)

O clímax deste embate, “o fosso entre gerações do primeiro quarto do século XX e seus filhos nos anos 50 e 60”, se deu com as revoltas estudantis, protagonizadas pelos jovens.

Somente no século XX, após a II Guerra Mundial, a juventude começa a ganhar lugar, na sociedade e nos estudos científicos. Dentro deste cenário de reconstrução econômica mundial, o jovem se destaca como um novo nicho de mercado. Ora como produtor de uma nova cultura, ora como consumidor em

potencial da cultura instaurada. A cultura aqui entendida como um espaço peculiar para a manifestação desta condição diferencial.

Uma juventude que frequentava a universidade e que buscava uma forma de expressão diferente de seus pais, sintonizada na modernidade, mas vivendo em um país de estruturas sociais muito antigas, arcaicas mesmo, alimentou um sonho revolucionário. (CASSAB, 2001, p. 74)

Anterior a isto, o “rótulo” principal da juventude era a delinquência, em que as ações voltadas para as crianças e adolescentes eram regidas pela “doutrina do direito do menor”, principalmente através do viés criminalizador, com o Código de Menores de 1927 (Código Melo Mattos), onde, as crianças e adolescentes eram estigmatizados em 3 segmentos: os *ricos*, que seriam formados para dirigir a sociedade; os *pobres*, que seriam moldados e controlados para o mundo do trabalho e por fim os *menores*, que eram os abandonados e delinquentes que ficavam sob responsabilidade pública. Neste contexto a responsabilidade penal iniciava-se aos 9 anos de idade.

Somente em 1940, com o Código Penal Brasileiro é que se estipula a inimputabilidade para os menores de 18 anos, o que não alterou em muito a situação dos jovens, uma vez que os serviços oferecidos para os mesmos não se diferenciava dos moldes do sistema punitivo e penitenciário da época.

Um marco legal e uma alavanca para mudanças posteriores na legislação em prol das crianças e adolescentes foram a Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948 e a Declaração dos Direitos da Criança e do Adolescente de 1959, que trouxe a tona o debate dos direitos deste segmento societário e a necessidade de alterações nas formas de lidar com os mesmos. Porém, ainda não diferente, o foco continuava na criminalização da pobreza, principalmente através da Lei Federal 4513/1964 e a lei Estadual 1534/1967, que formulavam e implementavam as Fundações Nacionais e Estaduais (FUNABEM e FEBEM's), nesta ordem, de Bem Estar do Menor, com caráter preventivo em relação à marginalização.

A reformulação do Código de Menores em 1979 marca o período da “doutrina da situação irregular”, onde os mesmos ainda não eram vistos como sujeitos de direitos, mas sim de forma vexatória e discriminatória, com vistas a sua situação de classe.

É com o advento da Constituição de 1988 e a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990, que este segmento etário passa a ser entendido e respeitado por sua “condição peculiar em pessoa em desenvolvimento”, marcando o período vivido até os dias de hoje como “doutrina da proteção integral”, que nos anos 2005 ganha reforço através do decreto nº 5364 que institui a Política Nacional de Juventude⁶.

Desta forma, no Brasil, o foco na juventude, data principalmente de 1960/70, sendo Marialice Foracchi (1972) pioneira nesta linha investigativa, com o estudo da ação política da juventude, principalmente com a inserção dos jovens da classe média, secundaristas e universitários nas questões políticas do país.

Em contraste com a juventude dos anos 1960 e 70, estudados por Foracchi (1972), os jovens da década de 1980 se caracterizam como uma geração “individualista, consumista, conservadora e indiferente aos assuntos públicos, apática” (ABRAMO, 1997, p.31). Não por acaso, estas características são consequências diretas do contexto político e econômico que foi vistas anteriormente, assim como da ascensão e fortalecimento da Indústria Cultural, que colocou a cultura no cerne da questão, porém, agora completamente integrada ao processo mercantil do capital.

Em suma, após as expectativas criadas da década de 1970, têm-se na década seguinte, no Brasil e no mundo, uma recessão econômica e posteriormente em 1990, a reestruturação produtiva, desencadeando, contraditoriamente, desemprego em massa e a intensificação da globalização. As respostas para este cenário, principalmente para os jovens, será a repressão, frente à incapacidade do Estado de formular políticas públicas de alcance e qualidade.

“A reestruturação produtiva tem, desse modo, atingido esses jovens de forma bastante significativa, promovendo rearranjos em todos os níveis de sua vida” (CASSAB, 2001, p. 51).

⁶ Este não será um tema abordado por nós, porém achou-se de suma relevância aponta-lo no texto, devido a relevância da construção histórica e política de tal legislação. A Política Nacional de Juventude (PNJ) vai incidir sobre jovens de 15 a 29 anos, com o objetivo de garantir direitos que gerem oportunidades, demonstrando a necessidade de inclusão desses cidadãos para o planejamento de estratégias e desenvolvimento nacional. Para mais informações ver V JUBRA (2013).

Na década de 1990, a juventude passa a ser caracterizada de forma paradoxal, ora como consumidores em potencial, ora como “caso de polícia”, principalmente diante do contexto de criminalização da pobreza. Os primeiros, quase sempre vinculados à classe média e alta e os últimos aos “jovens-perigo” ou em vulnerabilidade social. Algumas “formas de reação” da juventude apresentam traços de violência, “presente na exasperação de identidades locais ou éticas, e pelo crescimento do racismo em sociedades desenvolvidas” (SPOSITO, 1999, p.77).

Esse papel de “perigoso” constitui-se em uma máscara que invisibiliza e humilha, colocada normalmente na face das juventudes pertencentes a estratos sociais menos favorecidos. Desta forma, tudo que os jovens pobres questionam e produzem, assim como todas as formas de reação, são interpretadas socialmente como violência, mesmo quando se trata de meras transgressões e incivildades (...). (SCHERER, 2013, p.31)

Em contrapartida à mudança do perfil da juventude e a forma de ser vista e compreendida, a demanda pelo consumo não se modificou, pelo contrário, têm-se, como forma de manutenção dos lucros do capital, cada vez mais ofertas de novos produtos e na obtenção de mercadorias e bens simbólicos a forma contemporânea de inclusão social. Não por acaso, como exemplo, a intensificação do tráfico como forma de renda destes jovens.

Para melhor compreendermos o significado de juventude adotado neste trabalho, cabe fazer algumas ressalvas sobre o conceito de geração, já citado anteriormente, dentro da perspectiva sociológica adotada e trabalhada principalmente por Mannheim (1982), uma vez que a agregação etária, apesar de insuficiente, nos permite perceber experiências geracionais em comum.

(...) a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança, em 1989, definiu como jovem o indivíduo com idade inferior a 18 anos (Costa, 2006). No entanto, segundo Esteves e Abramovay (2009), no debate contemporâneo sobre juventudes não são raros aqueles que defendem a extensão dessa faixa etária para além dos 24 anos, uma vez que a construção da autonomia – característica fundamental dessa etapa da existência – avança crescentemente sobre os anos a partir desse ciclo etário. Atualmente o Conselho Nacional da Juventude (Conjuve) define jovem como todo indivíduo que se

encontra na faixa etária entre 15 e 29 anos. (SCHERER, 2013, p. 25)

O surgimento da condição geracional se deu pela descoberta da relevância sociológica dos fatores biológicos, ou seja, quando se passou a compreender os períodos da vida para além da questão etária. A noção de geração não é algo estático e independe da contemporaneidade cronológica dos sujeitos, apesar desta, ser um parâmetro a ser considerado, a geração está muito mais relacionada à similaridade de situação de vários indivíduos dentro de um dado momento histórico.

Mannheim (1982) denomina a geração como um “fato coletivo” que será definido enquanto fenômeno social dependendo da posição de classe do indivíduo. Não se tratando de um acúmulo ou adição de experiências, mas sim de uma articulação dialética entre as mesmas, “quando sujeitos, em alguma medida, vivenciam espaços-tempos comuns de sensibilidade, saberes, memórias, experiências históricas e culturais” (IBASE, 2005, p. 8).

Desta forma, a juventude, como categoria social, é entendida para além da sua condição etária. Apesar de as definições sociológicas para a juventude passarem por dois critérios principais, justamente o etário e o sociocultural, pois estas definições não se anulam, mas se articulam dentro dos objetivos de entendimento e/ou estudo a serem alcançados. O primeiro entendido como um grupo mais homogêneo e delimitado cronologicamente e o segundo, determinado por vários fatores, como por exemplo, a situação de classe, grupo étnico, nacionalidade, sexualidade etc.

O significado de juventude vai variar de acordo com cada sociedade, pois está intimamente relacionado com os aspectos, social, político, cultural e econômico de determinado contexto, o que vai caracterizar de forma heterogênea os diferentes segmentos geracionais, neste caso específico a juventude, e dentro desta, várias formas de vivenciar a mesma situação geracional.

3.3 A juventude como novo espaço de mercado e consumo

No atual contexto, como já ressaltado, a juventude se apresenta como possibilidade de mercado para o capital, principalmente pela venda de “estereótipos” jovens que tem se prolongado cada vez mais.

O “estilo de vida da juventude” tem sido usado pela sociedade de consumo como parâmetro de criação, projetado para outros períodos da vida. Causando desejo por ser considerada a fase mais saudável, feliz, de exasperação da beleza e vitalidade.

De acordo com Severiano (2013) vale ressaltar que, sociedade de consumo se difere de um mundo de abundâncias. Como já foi visto, cada vez mais a produção tem se intensificado socialmente e sido apropriada de forma privada. Consumir não significa comprar, em termos mercantis, pois a todo tempo consumimos imagens, lugares, pessoas, estilos de vida, que nos ditam formas de ser, pensar, portar. O consumo se relaciona à uma fonte de referência identitária, em que a “juventude tornar-se o mais desejável bem de consumo” (p. 273)

Além disso, dois outros fatores influenciam diretamente o prolongamento da juventude na atual conjuntura, o aumento no tempo gasto com a formação escolar e profissional e o acirramento no mercado de trabalho diante dos altos índices de desemprego. O anseio pelo trabalho está diretamente atrelado ao desejo do consumo e à emancipação financeira em relação à família.

“A negatividade de suas experiências de vida parece ser muito mais ressaltada do que suas possibilidades de afirmação” (CASSAB, 2001, p.10). Ainda segundo a autora, parafraseando Jameson, este mostra como nos processos de exclusão social, determinados grupos vão sendo diabolizados e identificados como autores de sua própria exclusão, passando a serem identificados única e exclusivamente por estas características, diferentemente das gerações anteriores, onde a cultura jovem globalizou-se e criou um universo de identidades nas quais os jovens podiam e sabiam reconhecer-se, diminuindo o mundo e integrando-o através de seus fluxos econômicos e informacionais. Contraditoriamente, esta integração se deu pelo distanciamento entre o local e o global, intensificando o processo de exclusão, fragmentação e homogeneização nos territórios.

O consumo torna-se mais que necessário para a manutenção do capital, se apresenta como marca principal, fetichizando as relações sociais. Um exemplo é a transformação da qualidade de vida das pessoas, também em uma mercadoria.

Dentre os elementos que levam à qualidade de vida está a questão do espaço e do uso da cidade, como já mencionado. Estas, moldam-se como protagonistas, como centros de produção, de circulação e de consumo de bens materiais e simbólicos. E a velocidade com que circula as informações, graças à globalização, ultrapassa a capacidade de seleção, crítica, rejeição e ou assimilação pelo sujeito, ocasionando, muitas vezes, uma prática sem reflexão.

Bogo (2010), nos atenta para as consequências desta “praga global”. A primeira delas é a *consciência dominada pelo feitiço da mercadoria*, ou seja, o mercado exige que as pessoas se dediquem a satisfazer suas ansiedades consumistas à qualquer preço. A segunda configura-se na *perda ou erosão das referências de identidade*, principalmente a de classe, tornando-se opaca e vulnerável.

Estamos entrando no 3º estágio da negação humana. Fomos da ignorância para a imaginação, isto é, para a capacidade de conceber antecipadamente os objetos a serem produzidos pelo trabalho; na modernidade, passou-se da imaginação e do conhecimento para o espaço de alienação fetichizada do consumo, no qual as relações solidárias são substituídas pelas relações monetárias; mas, agora, avança-se rapidamente para a negação da comunidade social, na qual o indivíduo se basta, iludindo-se de que tudo o que precisa está ao alcance da mão. (BOGO, 2010, p. 14-15)

A terceira consequência é a *perda dos direitos*, o direito em jogo é apenas o direito do mercado e ao mercado. “Os planos políticos e os sonhos utópicos são diluídos e engolidos pela ansiedade do encontro imediato com os objetos oferecidos” (BOGO, 2010, p. 16). Em quarto lugar, a *exaustão da natureza e a ameaça da identidade das espécies*. O capitalismo na sua expansão e desenvolvimento das forças produtivas desenvolve paralelamente forças contrárias, produzindo sua própria destruição. E por fim, a quinta consequência se configura na *perda da soberania*, ou seja, os modelos internacionais moldam não só as referências mundiais como também as sociedades locais.

A crise no mundo do trabalho acarreta consequências muitas vezes inimagináveis, muitas delas levantadas aqui até o presente momento. Com a financeirização/especulação do capital, o trabalho ganha novas configurações e por consequência, o trabalhador já não se reconhece como tal, se tornando cada vez mais consumidor, em detrimento de sua capacidade de mobilização e crítica.

Ao olhar para o mundo do trabalho, percebe-se que os jovens receberam a maior parte do impacto da retração das oportunidades de emprego na segunda metade da década de 1980, cujo patamar manteve-se o mesmo após 2005, quando a taxa de desemprego geral tendeu a diminuir. (GONZALEZ, 2009, apud, SCHERER, 2013, p. 37)

Neste contexto, o jovem da periferia, vulnerabilizado, se invisibiliza através do preconceito e da indiferença social em que vive. Porém, segundo Scherer (2013), essa invisibilidade não se manifesta no que se esconde, mas em imagens distorcidas deste próprio jovem, que muitas vezes encontra sua forma de visibilidade com o ato infracional, por exemplo. Pois, a identidade criada por tal invisibilidade retira da sua vida qualquer sentido, como já nos contemplou Bihl (2010), ficando a margem do que possa parecer um espaço de vocalização de suas demandas e de seus direitos cotidianamente negados.

“O Brasil é o um dos países que mais matam seus jovens, perdendo apenas para nações em que há conflitos armados explícitos, como na Colômbia” (CARA e GAUTO, 2009, apud SCHERER, 2013, p. 40). Vive-se uma guerra civil não declarada no país. E a massa amorfa da sociedade, especificamente os jovens, adquire e “compra” estereótipos que a segregam, não só do território, mas da vida social como um todo, cada vez mais.

É indiscutível que toda organização social apresenta limites em sua formação, e muitos destes limites expostos, estão relacionados ao conjunto de regras que são criadas e que reforçam o arranjo político-ideológico do capitalismo. Porém, o território é o lugar onde as classes sociais se organizam e existe a possibilidade de valorização da ação política, sendo assim um espaço em constante movimento e como foi visto, a luta pelo território, gera espaços para mudanças, o que possibilita à classe oprimida a construção de situações de sobrevivência nos mais adversos contextos.

Desta forma, vale ressaltar que, acesso à cidade se difere da democratização do espaço, ou seja, ter direito à cidade é participar da reconstrução do tecido urbano de acordo com a necessidade da população e não do capitalismo. E é este o convite feito à juventude.

A Indústria Cultural corrompeu muito do que havia de positivo na dimensão da cultura entendida como uma dimensão da vida humana (posição teleológica secundária) importante instrumento dentro da luta política. A desqualificação das informações repassadas e recebidas significa também a desqualificação da consciência e conseqüentemente das ações e mobilizações políticas.

“A arte quando mercantilizada, não é vista como uma dimensão social do ser humano, necessária para sua expressão em todos os momentos, por todas as pessoas, mas sim como algo exclusivo para determinada classe social (...)” (SCHERER, 2013, p. 81). Por este motivo, tal estudo nos leva a afirmar que também a cultura foi transformada em valor de troca pelo capital, em detrimento do seu caráter libertador e transformador.

Porém, este importante instrumento que é usado para a alienação das classes subalternas, também pode fazer parte da luta de oposição à Indústria Cultural, ou seja, “utilizar a mesma arma que fortalece a hegemonia nos processos de contra-hegemonia”, pois permite ao homem repensar sua realidade (SCHERER, 2013, p. 83).

Em qualquer tempo e lugar, a cultura é a mediação. Ela é a construção e ao mesmo tempo o construtor já feito, mas também, ainda, o que virá a ser da construção e do construtor, seja no processo de produção ou no processo educativo. (BOGO, 2010, p.155)

A subjetividade, socialmente produzida, articulada na cultura que os sujeitos partilham, oferece elementos fundamentais para a formação das identidades. Desta forma, “é a cultura que oferece a superfície de reflexão na qual os sujeitos se identificam e se conformam às exigências da vida material” (CASSAB, 2001, p. 153).

Segundo Cassab (2001, p. 81), sob a ótica benjaminiana:

(...) a subjetividade não é apenas representação do mundo e tampouco sua reprodução na consciência dos sujeitos. Ela supõe, todo o tempo, a atividade de sua produção construída na relação entre sujeito e realidade, entre sujeito e outros sujeitos.

Então, qual é a identificação possível dentro do quadro traçado? Quais os caminhos para a juventude e suas formas de ação política, uma vez que a lógica do mercado destrói laços sociais e formas de solidariedade que se estabelecem principalmente através do trabalho?

Essa *tal* subjetividade então, está referida a um campo cultural e simbólico, porém, construída em uma relação com a objetividade, de forma plural, individual e também coletiva.

Cultura deriva do verbo latino *colo* que significa cultivar. Quem cultiva intervém para cuidar direto. Afasta do “redor” o indesejado para que não se aproxime e asfixie o objeto do cuidado que vive em certas circunstâncias. Lutar pelo poder de lutar pelo direito livre desse cultivo da cultura de participar. (...) Na vida social, há muita convivência com as coisas imediatas e pouca convivência com a cultura política; isso descompromete os seres sociais da responsabilidade com o destino coletivo (...). (BOGO, 2010, p. 156)

Bezerra (s/d) afirma “não haveria a necessidade de se estar “totalmente fora” para ser crítico e contestador”. A comunicação de massa, ou Indústria Cultural não torna o sujeito bestializado, sem qualquer capacidade de reflexão, mas, isso não significa que são inteiramente autônomos em relação a ela. É claro que, as ideias se movem de forma muito mais rápida que nós, sendo capazes de chegar onde não alcançamos, o pensamento se propaga na velocidade da luz, e da mesma forma pode também se esvaír e morrer, por este motivo, ideias sem ação, sem prática, são vãs, são meras filosofias de estante.

Quando falamos de ideias, estamos englobando a ideologia, assim como a utopia. E quando a primeira se “preocupa apenas em revisar as ideias já postas, negando princípios e valores”, a segunda “tende a imaginar que vivemos em uma sociedade sem classes e sem conflitos, os opressores se tornam dóceis, simpáticos, tolerantes e negociáveis” (BOGO, 2010, p.217).

E é aí que está a encruzilhada. O que limita a utopia é “sem dúvida a qualidade das ideias, que não conseguem compreender e formular as respostas certas que devem dar às necessidades concretas” (BOGO, 2010, p.215), então a utopia acaba aparecendo não valer para nada.

As utopias se cruzam e se misturam em busca de realizações interrompidas, seja pela incapacidade humana, seja pelas circunstâncias históricas, que não permitiram que as gerações passadas legassem à gerações futuras todos os seus desejos realizados. (BOGO, 2010, p. 20)

Já retratava o poeta: A utopia está no horizonte, eu sei muito bem que nunca alcançarei, que se eu caminhar dez passos, ela ficará dez passos mais longe. Quanto mais eu buscar, menos a encontrarei porque ela vai se afastando à medida que eu me aproximo. Boa pergunta, não? Para que serve a utopia? Pois a utopia serve para isso: caminhar. (Fernando Birri por Eduardo Galeano).

De acordo com Bogo (2010), as raízes históricas da utopia datam do século XV e o conceito foi formulado por Tomás Morus dando-lhe conteúdo semelhante às ideias socialistas, ou seja, vislumbrando perspectivas maiores do que o alcance das necessidades materiais imediatas.

Por este motivo, a utopia acabou se caracterizando como um “não lugar” ou “lugar nenhum”. “É a capacidade de imaginar que, embora não se alcance o fim, a viagem vale a pena. O lugar a chegar é abstrato, mas a viagem é concreta” (BOGO, 2010, p. 214).

Desta forma é que se coloca a questão da utopia. A imaginação pode estar ligada à produção de objetos, à busca de melhorias sociais ou à construção de uma sociedade socialista. Assim como desperdiçamos parte da imaginação ao fazer o objeto, desperdiçamos parte da imaginação ao projetarmos lugares, sistemas sociais, formas organizativas, relações afetivas etc. A parte não realizada, por excesso de pretensão ou por imprudência da imaginação, é a sensação que fica do “não lugar” que nunca alcançaremos, porém, não desistimos de tentar. É a utopia. (BOGO, 2010, p. 213)

Esse “não lugar” citado por Bogo, que caracteriza a utopia, encontra pontos em comum com o “não lugar” da juventude contemporânea?

Talvez olhando de forma superficial, não seja possível correlacioná-los. Mas no fundo, ambos fazem parte da necessidade de se fixarem, de encontrarem caminhos, onde talvez não seja possível vê-los.

Nestes termos, assim como Boaventura de Sousa Santos (1995), prefiro entender estes jovens como *antagonistas*, a despeito da expressão “protagonismo juvenil”, haja vista que suas representações fogem dos moldes pré-estabelecidos e faz com que as diferenças culturais saiam da esfera privada, do folclore, o que Gramsci chamou de senso comum, e do lazer *stritto sensu*⁷.

Segundo Gramsci é a substituição do senso comum, “modo de pensar desorganizado e folclórico”, pelo bom senso, concepção mais coerente e em conexão com a luta política de uma classe, que representará a vitória da luta contra a hegemonia dominante.

Assim, a luta pela hegemonia nas sociedades de capitalismo avançado não se trava só no nível das instâncias econômica e política (relações materiais de produção e poder estatal), mas também na esfera da cultura. A elevação cultural das massas assume importância decisiva neste processo, para que elas possam libertar-se da pressão ideológica das velhas classes dirigentes e elevar-se à condição destas últimas. A batalha cultural apresenta-se, portando, como fator decisivo no processo de luta pela hegemonia, na conquista do consenso e da direção político-ideológica por parte das classes subalternas (SIMIONATTO, 2011, p.54)

A passagem de classe subalterna para classe hegemônica se dá num processo de correlação de forças sociais, políticas e militares, porém, o fetichismo, ou seja, a reificação das relações sociais, obscurecem as utopias. E a personificação das coisas sociais, que invisibilizam os jovens, resultam de um duplo processo, tanto objetivo quanto subjetivo.

O fetichismo da racionalidade instrumental culmina no cientificismo, na crença de que as ciências e as técnicas detêm a chave de todos os problemas da humanidade, e encontra sua

⁷ Neste estudo não terei a oportunidade de analisar dados empíricos em relação as formas de organização da juventude. Porém, muito do que retrato em minha fala deriva de um caminho de estudo percorrido durante a graduação e o trabalho conclusão de curso. Este é apenas mais um movimento teórico com vistas a um melhor entendimento da configuração atual, que tem como horizonte a continuidade de análise no processo de doutorado. Para mais informações ver: Melo (2010).

condição fundamental na reificação generalizada da práxis social subordinada à lógica de reprodução do capital. (BOGO, 2010, p. 169)

Mas, vale ressaltar que todo poder é relacional, e vai variar e acordo com o meu posicionamento neste “não lugar”. Jameson nos alerta que, frente ao fracasso da política tradicional, é necessário um movimento paralelo ao aumento da importância da revitalização utópica. Para tanto, deve-se pensar em novas formas de “tocar” esta juventude para além dos seus desejos de consumo e realização imediata.

Diferentemente do que nossos frankfurtianos, Horkheimer e Adorno afirmavam, pois ambos não vislumbravam saídas para a ideologia da Indústria Cultural, o que deu a eles uma conotação um tanto pessimista, Jameson, rejeita a possibilidade de postularmos padrões fixos e eternos à leitura feita sobre a cultura, sobretudo a Indústria Cultural ou a Cultura de Massa.

O autor, que bebeu na fonte dos autores supra citados, em seu Ensaio “Reificação e Utopia na Cultura de Massa” de 1979, ressalta que, a crítica maior feita à Escola de Frankfurt está no valor positivo do qual depende, notadamente a valorização da alta arte modernista tradicional como espaço privilegiado e uno de uma produção artística e estética autônoma, crítica e subversiva.

Assim como Coutinho (2011), que nos faz refletir melhor sobre o que foi exposto anteriormente, baseado no pensamento gramsciano, que busca no conceito de hegemonia, caminhos para a nossa hipótese. Qual seja, de que de fato, a Indústria Cultural, consequência e reflexo de um contexto político, econômico, social e cultural determinado, destrói as relações sociais, reificando-as e fragmentando a sociedade, o que rebate diretamente na organização e ação política da juventude, alvo principal do mercado consumidor e dos rebatimentos da reestruturação produtiva na sociedade. Porém, em meio à banalização do humano e mercantilização da vida, há formas de se estabelecer vínculos e organizações coletivas, principalmente em torno de ações culturais alternativas, que se consolidará como instrumento de formação política em prol de uma nova sociabilidade, que virá apenas e somente, através da tomada de consciência de classe e da luta pela hegemonia da classe trabalhadora.

Em suma, para Coutinho (2011, p. 17), a organização da cultura, “é o sistema das instituições da sociedade civil cuja função dominante é a de concretizar o papel da cultura na reprodução ou na transformação da sociedade como um todo”, e quando Gramsci fala da direção moral e intelectual da sociedade, enfatiza que esta direção deve acontecer pelo campo das ideias e da cultura.

Coutinho (2011, p. 84) afirma que:

Ora, no mundo moderno (que deve certamente ser criticado, mas não romanticamente recusado em bloco), a difusão de massa de uma cultura crítica pode encontrar nos meios eletrônicos de comunicação um instrumento privilegiado.

O autor considera Horkheimer e Adorno radicalistas, quando afirmam que toda a produção artística está submetida à barbárie de uma Indústria Cultural globalmente alienada e alienante, porém, também não se nega a considerar que suas contribuições foram de suma importância. Afirma que, “diante das tentativas de ‘pseudoestetização’ da mídia a serviço da alienação e do embrutecimento, a resposta do comunismo é politizar a cultura de massas”. Mas é preciso atenção para que esta operação não se converta em populismo ou em cinismo. A proposta é que a cultura Nacional-popular esteja aberta à alta cultura e aos insubstituíveis valores estéticos e ideológicos, para tanto, as advertências da Escola de Frankfurt são indispensáveis (COUTINHO, 2011, p. 87-88).

Seria uma ilusão ingênua supor que se possa fazer uma “reforma intelectual e moral (Gramsci) de modo exclusivo, ou automaticamente, através da difusão propiciada pela mídia eletrônica: devemos à Escola de Frankfurt, e em particular a Horkheimer e Adorno, uma consciência mais lúcida e perspicaz dos imensos riscos regressivos contidos na Indústria Cultural. (...) Mas também me parece perigoso ignorar as potencialidades dos meios de comunicação de massa, quando submetidos à pressão e ao controle de uma sociedade civil forte e democrática, no processo de elevação do senso comum folclórico, ao “bom senso” crítico. Enquanto aparelhos de hegemonia, também os meios eletrônicos são terreno de uma “guerra de posições” entre blocos sociais conflitantes. (COUTINHO, 2011, p. 87)

Coutinho, ainda remonta ao pensamento de Walter Benjamin, outro expoente da Escola de Frankfurt, contudo oriundo de uma vertente adversa de Adorno, principalmente através de sua produção “A obra de arte na época de sua reprodutibilidade técnica”, onde busca reconhecer que a expansão dos meios de comunicação é algo inexorável no mundo moderno.

Porém, o autor afirma que, os acontecimentos estão interligados com a totalidade, por este motivo é preciso “rememorar”, somente através da memória histórica, é possível resgatar a experiência coletiva, que eu rejeito, caso desconsidere a tradição. Assim, entende-se que vivemos numa era “antibenjaminiana”, pois estamos agarrados ao presente, perdemos a historicidade. “Queria um tempo descontínuo para rememorar (...). O tempo descontínuo da pós-modernidade é perverso no sentido do esquecimento”.

3.4 Hegemonia e luta política no Brasil

Para não nos esquecermos da nossa história, ou no intuito de relembra-la, vamos agora retomar o debate da cultura com ênfase em nosso país. Pensando em sua importância e na relevância dada pelo Estado à Cultura como instrumento de dominação, logo, potencialmente instrumento, também, de mudança.

“É no interior do bloco histórico que se explicitam as relações de hegemonia, os mecanismos de dominação e direção exercidos por uma classe social sobre toda a sociedade em determinado momento histórico (...).” (SCHLESENER, 2007, p. 28).

A dependência do Brasil Colônia aos mandos e desmandos europeus, acarretou amplas consequências no plano da cultura do país. “Imitar para nós foi integrar, foi nos incorporarmos à cultura ocidental” (Antônio Cândido).

Segundo Coutinho (2011, p. 41), a cultura universal não era algo externo, mas potencialmente interno, pois era acolhido e assimilado por uma classe ou um bloco de classes ligadas ao modo de produção brasileiro. Porém, isso não implica, nem impõe um caráter integralmente dependente ou alienado à totalidade da nossa cultura, tanto que no início do século XX, contradições político-culturais marcam a vida cultural brasileira, um exemplo clássico é a Semana de Arte Moderna em 1922.

Mas, não sem rebatimento do Estado, podemos nos remeter a 2 pontos históricos de repressão à estes movimentos de cultura popular, cruciais no Brasil.

O primeiro em 1937, no Estado getulista, com a criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), “um arremedo de organismo cultural totalitário (ou seja, uma tentativa de pôr a cultura diretamente a serviço do Estado)” (COUTINHO, 2011, p.25). E o segundo, na Era ditatorial-militar, com a organização das tendências culturais intimistas através da dominação dos monopólios. Neste cenário, o velho intelectual elitista converteu-se também em trabalhador assalariado, porém num contexto de fechamento de instituições culturais “alternativas” e na restrição da liberdade de expressão. Perdendo assim, espaço, prestígio e voz.

Não por acaso, estudos recentes mostram que a cultura ganha uma importância econômica nunca tida, tornando-se um dos mercados mais promissores do século. Segundo Requião (2009), de acordo com dados do IBGE 2006, as atividades do setor cultural foram divididas em grandes grupos formados pela: indústria de transformação; pelo comércio; pelas atividades de transporte, armazenagem e comunicação; pelas atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas; pelo setor de educação; e por um setor denominado como outros serviços coletivos, sociais e pessoais nos quais se inclui as atividades recreativas, culturais e desportivas.

Os produtos culturais também foram detalhados e incluem artefatos de madeira e decoração; produtos impressos como jornais, revistas ou cadernos; produtos de áudio gravados como os CDs e DVDs e até mesmo o aluguel desses itens; eletrodomésticos para a reprodução de vídeo ou áudio; artigos da informática; brinquedos, jogos e material para o lazer; serviços de TV por assinatura e internet; atividades de cultura, lazer e festas; educação profissional e atividades de ensino; serviços e produtos da área da telefonia; e instrumentos e acessórios musicais. Os profissionais dessa área foram classificados em 62 ocupações diferentes, entre elas músicos, dançarinos e atores; professores, arquivologistas e produtores; locutores, *designers* e cinegrafistas; técnicos em operação de rádio e televisão; decoradores, encadernadores e reparadores de instrumentos musicais. (REQUIÃO, 2009, p.156-157)

Esta tendência agudizada da cultura como mercadoria e/ou ramo de serviços, que vem expandindo os setores mais lucrativos deste século, ocorre em detrimento de outras áreas como a educação e a saúde, por exemplo. A cultura vista como um “fator de desenvolvimento econômico” vem deixando de ser uma obrigação do Estado e direito do cidadão e se encaixando nos projetos de “responsabilidade social” de grandes capitais e tornando-se estratégia de marketing destas empresas. O que nos convence de que conceito de cultura é utilizado de acordo com os interesses históricos de cada época e cada grupo de classes. A conveniência do termo varia no tempo e no espaço. E esta afirmativa não nos parece nova, com o desenvolvimento deste trabalho.

“No instante, porém, em que a medida da autenticidade não se aplica mais a produção artística, revolve-se toda a função social da arte. No lugar de se fundar no ritual, ela passa a se fundar em uma outra práxis: na política” (BENJAMIN, 2012, p. 35).

Mas uma coisa é certa, nos tempos atuais e nos espaços contemporâneos pouco ou nada, esta cultura se refere ou se vincula a um projeto coletivo, uma vez que não consideramos a globalização do mercado um projeto nestes moldes, onde só se vislumbra segregação e fixação das diferenças, tanto ilusórias quanto reais.

Se utiliza (as empresas) das premissas do relatório da UNESCO, onde a “democratização do acesso a cultura”, a promoção da diversidade cultural” e a “defesa e preservação da identidade de um povo”, entre outros jargões, vem sendo utilizados para justificar os seus fins. (REQUIÃO, 2009, p. 163)

Mas, outra afirmativa também é verídica e nos remete ao estudo aqui fixado, onde existe poder, existe resistência.

De fato a condição juvenil não tem sido base para uma proteção socialmente igualitária e voltada para o desenvolvimento integral, tem se convertido muito mais em uma condição em que se posterga o bem estar e se criminaliza e estigmatiza as características e estilos de vida deste segmento societário. O que, sem dúvidas, vai rebater diretamente em suas organizações sociopolíticas e culturais.

Porém, os atores sociais são capazes de construir narrativas sociais para sobreviver e separar-se de tais estratégias discursivas, ainda que os

estereótipos e modelos ideias do “ser jovem” restrinjam as possibilidades de escapar destas delimitações. Como já nos alertou Foucault, e de lá para cá pouco ou nada se alterou em relação ao controle social, a razão deve prevalecer, os demais devem ser vigiados, castigados e reprimidos. Tudo o que foge dos “padrões” tende a ser um perigo para a ordem vigente.

Dentre todo o caminho percorrido no estudo, fica claro que, não estamos tratando tal situação de forma fácil, natural ou linear. Muitos são os limites e entraves, mas aqui tentaremos abordar as possibilidades destes jovens na contracorrente da Indústria Cultural, na formação política para o futuro.

A crescente proletarização dos homens de hoje e a crescente formação de massas são dois lados de um mesmo acontecimento. O fascismo⁸ procura organizar as massas proletarizadas recém-surgidas sem tocar nas relações de propriedade, por cuja eliminação elas pressionam. Ele vê sua salvação em deixar as massas alcançarem a sua expressão (de modo algum o seu direito). As massas possuem um *direito* à mudança das relações de propriedade; o fascismo busca dar-lhe uma expressão conservando essas relações. *O fascismo resulta, conseqüentemente, em uma estetização da vida política.* (BENJAMIN, 2012, p.117)

Para Mannheim (1982), juventude é uma categoria social que se torna ao mesmo tempo uma representação sociocultural e uma situação social. Em outras palavras, ele pode tanto ser, quanto vir a ser. Pode ser a representação de um determinado segmento social, estabelecido dentro de um tempo e espaço histórico e/ou fazer parte e representar este mesmo segmento, ser um ator social, no qual o *ser* se difere do simples *estar*.

De acordo com Cunha (2013), “o ator social é aquele que, para conseguir alcançar objetivos particulares, modifica o entorno social negociando com outros atores” (p. 42), “não basta querer falar, pois a questão envolve ter lugar no espaço público e representação da categoria” (p.44).

Nos anos 2000, parcela da juventude ganhou espaço no que tange a política, principalmente com a elaboração e implementação da política de juventude. Tal fato nos leva à indagar se realmente estes jovens começaram a

⁸ Neste estudo, entendemos que o “fascismo” citado pelo autor é decorrente do lugar de onde escreve e do contexto que analisa, porém, as características levantadas se assemelham à sociedade capitalista como um todo e contribuem para o entendimento do nosso objeto de estudo.

ser vistos como atores sociais relevantes, capazes de exercer pressão na agenda política ou se essa mudança na visão do Estado sobre a questão juvenil, não está travestida de controle e *empoderamento*⁹ do jovem, no sentido de torná-lo “maleável” e adepto das imposições do Estado, principalmente por instituições hierarquizadas e burocratizadas por adultos.

Ao buscar explicações para rejeição dos (as) jovens no tocante a participação política é possível alegar que a participação, aqui caracterizada de convencional, requer não apenas sacrifício do tempo, mas também que os jovens se moldem a um tipo de comportamento e ação que não condiz com a cultura juvenil. (CUNHA, 2013, p.45)

O tempo livre não se tornou um tempo de liberação do homem do trabalho para sua reprodução vital, nem tampouco o desenvolvimento das forças produtivas encaminharam, como sugeriu Marx, para a possibilidade de desenvolvimento das potencialidades individuais e coletivas em prol da emancipação humana e a felicidade. Ao contrário, a tecnologia e a globalização, destruíram as fronteiras entre o tempo livre e o tempo do trabalho. O primeiro se tornou também, e sobremaneira, o tempo da produção.

Tempo este, viabilizado e direcionado pelo consumo fetichizado, a Indústria Cultural e as novas tecnologias informatizadas (SEVERINO, 2013). Isso porque, estamos considerando que esta sociedade do consumo, está longe de ser uma sociedade de abundância. O consumo se torna fonte de referência identitária.

A utilização da lógica do desejo com fins mercantis se constitui em uma preocupação política relevante porque a “promessa” de realização imediata dos anseios e carências humanas através de objetos e serviços escamoteia a atual supremacia da esfera econômica que, uma vez travestida de cultura, liberdade e pluralidade, apresenta esta sociedade como a utopia já realizada. Esta suposta utopia refere-se a chegada de um mundo “dádivoso”, “democrático” e “feliz”, graças às *benesses* deferidas pelo consumo – o que contribui para elisão

⁹ De acordo com Cunha (2013, p. 45) em nota de rodapé em seu artigo, referenciado em Baquero, R. (2006), “o conceito de empoderamento, que se vincula historicamente ao de cidadania participativa, pode ser utilizado em diversos níveis (individual, organizacional e comunitário). Pode significar dar poder ao outro; ou significar um processo de aquisição de influência e controle da própria vida. Nesse sentido, é um verbete que pode ser e é apropriado por forças políticas antagônicas na justificativa da adoção de modelos diversos para políticas públicas”.

de uma reflexão crítica sobre as novas formas de dominação provenientes justamente da racionalidade instrumental mercantil. (SEVERINO, 2013, p. 157)

Na contracorrente desta ideia de “utopia já realizada”, vamos lançar mão de alguns conceitos do autor Antonio Gramsci para encaminharmos posicionamentos teóricos com relação às possibilidades da cultura dentro do contexto sociohistórico que viemos traçando no decorrer do trabalho, com vistas à restaurar seu potencial de “movimentação das massas”, de retomada do sentimento político e da solidariedade de classe. Como instrumento de mobilização e obtenção de consenso na sociedade.

Diferentemente de Marx e Engels, Gramsci entende a ideologia como um conceito amplo, ou seja, se assemelha à concepção de mundo, por isso cada classe tem a sua própria ideologia podendo ser algo positivo e que leve à prática política. Porém, não nos atentaremos nessa diferenciação, o que nos interessa é o conceito de hegemonia do autor e as formas, por ele identificadas para a obtenção da mesma pela classe trabalhadora, nesse sentido o autor resgata a práxis em Marx, fato este sim, de suma importância para nós.

Gramsci acredita na revolução armada, porém, identifica como primordial o processo anterior de convencimento da sociedade civil¹⁰ da necessidade da revolução, pois acredita que há outras parcelas da população, ou seja, outras classes subalternas/dominadas, que devem ser convencidas, busca pelo consenso, de que a ideia da classe proletária/trabalhadora é a que contempla toda a sociedade e não a do capital.

E é justamente no seio da sociedade civil que se encontra o espaço de enfrentamento político, através do que Gramsci chamou de “aparelhos privados de hegemonia”, ou seja, escolas, partidos políticos, templos religiosos, entre outros. Meios pelo qual é possível repassar a ideologia e realizar o controle do consenso, pois não há direção política sem consenso.

Desta forma, para ele, a hegemonia é uma estratégia de luta, presente no campo moral, ético e político, “é um processo de dominação e direção

¹⁰ De acordo com Simionatto (2011), para Gramsci a interpretação de sociedade civil é mais ampla do que em Marx. “Em Gramsci encontramos uma ampliação dessa interpretação, na medida em que procura mostrar que a sociedade civil é o espaço onde se organizam os interesses em confronto, é o lugar onde se tornam conscientes os conflitos e as contradições. Nele, a sociedade civil é um momento da superestrutura ideológico-política e não, como em Marx, da base real.” (p.70)

política e que a direção intelectual e moral apresenta-se como uma das principais condições tanto para a conquista quanto para o exercício do poder” (SCHLESENER, 2007, p. 15), ou seja, consiste em criar mecanismos não só de direção política, como também de participação efetiva e consciente dos trabalhadores.

No Estado Liberal:

(...) as classes dominantes exercem a hegemonia num processo ao longo do qual submetem os outros grupos ou pela coerção ou pela cooptação, ou, ainda pela divulgação de seus valores, que são assimilados pelas classes sociais dominadas, tornando-se parte do senso comum. (SCHLESENER, 2007, p.15)

A hegemonia é uma relação ativa, combinante e evidencia os conflitos sociais. Demonstra modos de agir e de pensar que se expressam na vivência política da sociedade. Além de fortalecer as relações de domínio e também o equilíbrio entre coerção e consenso. Ainda que em tempos atuais a hegemonia venha se estabelecendo muito mais pela coerção, como vimos o caráter atribuído à juventude e à crise econômica. O que dificulta ainda mais as classes dominadas conseguirem alcançar a hegemonia, principalmente pelo fato de as atividades organizativas e culturais dos mesmos, serem continuamente rompidas pelos dominantes.

Em outras palavras, este movimento de antecipação da classe dominante no que diz respeito às demandas e colocações da classe dominada, é o que Gramsci denominou de “revolução passiva” ou pelo alto. Diferentemente da proposta de uma “guerra de posição”, que nada mais é que a luta da direção político-ideológica e a conservação do poder pelo consenso. Este movimento só acontecerá através de rupturas que se acumularão progressivamente, através do consenso e da obtenção da hegemonia trabalhadora.

O autor acredita, por este motivo, que qualquer traço de iniciativa autônoma da classe trabalhadora é de enorme valor para o processo histórico integral da sociedade.

A humanidade, que outrora, em Homero, foi um objeto de espetáculo para os deuses olímpicos, tornou-se agora objeto de espetáculo para si mesma. Sua autoalienação atingiu um grau que lhe permite vivenciar sua própria destruição como um gozo estético de primeira ordem. Essa é a situação da estetização da política que o fascismo pratica. O comunismo responde-lhe com a politização da arte. (BENJAMIN, 2012, p.123)

O que entendemos por crise estrutural, Gramsci chamou de crise orgânica, ou seja, uma crise geral, crise da hegemonia, crise da autoridade, perda do consenso e da direção da sociedade. O que resulta no que mencionamos anteriormente que: “questões políticas revestem-se de formas culturais, o papel central no cenário nacional passa a ser desempenhado pela cultura, utilizada, manipulada pelo partido para conseguir o apoio das massas ao governo” (SCHLESENER, 2007, p.32).

No contexto da luta por novas relações hegemônicas, esta é a base que possibilita criar novas estratégias de luta: as crises orgânicas, expressas na desarticulação econômica, política e cultural, poderão ser enfrentadas como momentos de ruptura que viabilizam o avanço político e a conquista da hegemonia (SCHLESENER, 2007, p.40).

Sendo a estratégia nos países democráticos a “guerra de posições”, ou seja, a conquista da hegemonia, conseqüentemente da direção política e o consenso na sociedade civil, a cultura artística é uma grande aliada neste processo. Vale ressaltar que, o autor pondera que a arte tem relativa autonomia política, haja vista que a crítica política é diferente de crítica estética, porém, isso não a impede de sofrer influências da mesma natureza.

(...) arte possui conteúdo político à medida que é expressão de um momento e suas contradições, traduz os diversos sentidos vividos na sociedade, aponta diferenças, contesta, recria; mas possui um significado estético, uma linguagem própria, que não pode ser adaptada às necessidades e exigências políticas de um determinado partido ou poder constituído. (SCHLESENER, 2007, p.59).

E é esta a brecha que encontramos, quando sinalizamos as potencialidades da juventude em torno de ações culturais alternativas, com vistas à politização da cultura e a busca pelo consenso na sociedade, através

de produções culturais alternativas, irradiação de outras subjetividades, menos impregnadas de senso comum e potencialmente “armadas” para o bom senso. Esforço no sentido de possibilitar experiências que possam suprir os déficits de acesso à Cultura, e para isso é preciso, entre outras iniciativas, a presença do Estado entendendo a cultura enquanto um direito.

E por último, mas não menos importante, organizações coletivas, destes jovens, em uma luta contra hegemônica, contra os limites do capital, que lhes dê visibilidade e reconhecimento no território.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

É que tem mais chão nos meus olhos
do que cansaço nas minhas pernas,
mais esperança nos meus passos
do que tristeza nos meus ombros,
mais estrada no meu coração
do que medo na minha cabeça
(Cora Coralina)

Como afirmamos na introdução, a proposta foi a abertura de possibilidades de novos entendimentos acerca do tema, ampliando o universo teórico, em uma passagem de reflexão e acréscimo no debate, principalmente no âmbito do Serviço Social, onde tal discussão ainda não se faz muito presente. Que caminhou, de forma sucinta, pelo debate descrito a seguir.

A noção de neutralidade tecnológica não pode mais ser sustentada, é preciso levar em consideração o uso que lhe é dado. A sociedade tecnológica, ou industrial, é um sistema de dominação, um universo político com um projeto histórico específico, no qual a política, a economia e não diferente, a cultura, “se fundem num sistema onipresente que engolfa ou rejeita todas as alternativas” (MARCUSE, 1982, p. 19). Ao manipular as necessidades através de interesses adquiridos, a sociedade industrial impede o surgimento de uma oposição eficaz ao todo.

A universalização de determinada visão de mundo, no caso a da classe dominante, se explica pela posse dos meios ideológicos e de difusão, assim como e principalmente, pela correspondência que encontra nas relações concretas assumidas pelos indivíduos e classes (IASI, 2011). Esta assertiva é de suma importância para o entendimento da indústria cultural, como uma das formas de “recebimento” destas ideias e informações já processadas que chegam para os indivíduos, que a “consomem” sem conflitos e questionamentos. Desta forma, é necessário confrontar ideologia e crítica da ideologia, ou seja, um saber real que os dominados têm em relação à sua condição de exploração a uma “contra ideologia”, num processo de contra hegemonia.

A sociedade pós-industrial trouxe os “não lugares”, espaços impessoais, ligados à tecnologia e ao ciclo de repetições, nos quais as identidades sofrem

constantes e rápidas transformações, o espaço aparenta ser uma coisa independente e autônoma, moldada segundo princípios estéticos sem relação abrangente com a totalidade social. O sujeito está sendo cada vez mais desterritorializado e inserido numa totalidade que não consegue assimilar e que, por força da velocidade e da “sutileza” com que recebe tais padrões de comportamento, sem que tenham tempo e cognição suficientes para saber escolher aquilo que quer ou não. Tem não só caráter econômico como também ideológico, ou seja, não vende apenas mercadorias, mas também, e principalmente comportamentos.

A modernidade ou sociedade industrial tem o espaço como algo a ser moldado para propósitos econômicos e, portanto, sempre ligado às necessidades da acumulação capitalista. E o neoliberalismo trouxe o desmonte do social, principalmente no que se refere à intervenção estatal. O que está em jogo é apenas salvar o capital do seu próprio caos. O social fica renegado à último plano, com drásticas reduções dos direitos e garantias sociais. Assim, criam-se cada vez mais massas sobrantes na população, que já não tem nem mesmo a função de regulação do mercado de trabalho, como exército industrial de reserva. Não apresentam mais função alguma para o capital, chegam a ser um fardo, um peso morto, onde pouco importa sua existência ou não.

Por este motivo, não deve causar estranhamento o fato de que os jovens tanto reproduzem, quanto resistem à sociedade em que vivem. Não se trata mais apenas de um fenômeno quantitativo, ainda que os números continuem crescendo, principalmente de jovens vítimas de violência, mas principalmente de uma mudança qualitativa ou ideológica, que introduz uma autoimagem individualista, apolítica ou apática, ou, ainda, muitas vezes, antipolítica. Com o agravamento das condições de vida dos jovens, cresce também a sensação de insegurança e incerteza futura, e a desesperança em seus potenciais e “ações”, desenvolvendo cada vez mais “atividades”. A crise foi o fator objetivo da exclusão e da impossibilidade de incorporação de maneira produtiva e cidadã destes jovens na sociedade atual.

Porém, a juventude reconhece o caminho político na consolidação do processo democrático e também consegue identificar as potencialidades político-institucionais de promoção de mudanças desejadas, porém, não se

veem participando diretamente. É o fato de reconhecer que potencialidades sem ação, são meras atividades, reprodução do *status quo* e fixação de “não-lugares” para estes jovens. Assim, “hoje é necessária uma cartografia que valorize contextos da ação, vínculos sociais, vivências e experiências” (RIBEIRO, 2011, p.09).

O jovem é visto como um “agente revitalizador”, porém, tal potencial pode tender para um lado ou para outro, afinal o jovem não é naturalmente progressista, mas também não está totalmente envolvido no *status quo*. Desta forma, é na experiência coletiva que “os sentimentos e ações desarticulados se transformam em funções sociais” (MANNHEIM, 1978, p. 94), ou seja, em contato com outras gerações que é possível vislumbrar mudanças.

A indústria cultural corrompeu muito do que havia de positivo na dimensão da cultura entendida como uma dimensão da vida humana importante dentro da luta política. Porém, este importante instrumento que é usado para a alienação das classes subalternas, também pode fazer parte da luta de oposição à indústria cultural, ou seja, “utilizar a mesma arma que fortalece a hegemonia nos processos de contra-hegemonia”, pois permite ao homem repensar sua realidade (SCHERER, 2013, p. 83).

Frente ao fracasso da política tradicional, é necessário um movimento paralelo ao aumento da importância da revitalização utópica. Para tanto, deve-se pensar em novas formas de “tocar” esta juventude para além dos seus desejos de consumo e realização imediata.

Em meio à banalização do humano e mercantilização da vida, há formas de se estabelecer vínculos e organizações coletivas, principalmente em torno de ações culturais alternativas, que se consolidará como instrumento de formação política em prol de uma nova sociabilidade, que virá apenas e somente, através da tomada de consciência de classe e da luta pela hegemonia da classe trabalhadora. Esta é uma estratégia de luta, presente no campo moral, ético e político, consiste em criar mecanismos não só de direção política, como também de participação efetiva e consciente dos trabalhadores.

E é esta a brecha que encontramos, quando sinalizamos as potencialidades da juventude em torno de ações culturais alternativas, com vistas à politização da cultura e a busca pelo consenso na sociedade, através de produções culturais alternativas e irradiação de outras subjetividades, ainda

que impregnadas de senso comum e potencialmente “armadas” para o bom senso.

Talvez, o próximo passo deste estudo, possa ser buscar embriões de organizações alternativas e resistências políticas destes jovens, através de manifestações artísticas. Ressaltando as potencialidades e possibilidades destes movimentos, com vistas à ação coletiva. Diante do cenário traçado, vê-se que novas formas de luta contra hegemônica devem ser travadas para além do espaço do trabalho, haja vista que este, encontra-se reduzido e desarticulado. Desta forma, vê-se na cultura um forte instrumento de ativação da utopia e mobilização da juventude.

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO:

ABRAMO, H. W. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*. São Paulo: Departamento de Sociologia, Universidade de São Paulo: n.5, p.25-36, mai./jun./jul./ago., 1997.

ADORNO, T.; HORKHEIMER, M. *Dialética do esclarecimento*: fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1985.

ANTUNES, R. A Era da informatização e a época da informalização: riqueza e miséria do trabalho no Brasil. In: ANTUNES, R. (org). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2006. p. 15-25

_____. *Os sentidos do trabalho*, ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999/2000

BAPTISTA, T.A. Consequências ético-políticas de uma promessa de inserção social não realizável: os jovens indignados. *Polêmica* (revista eletrônica). Rio de Janeiro: Faculdade do Estado do Rio de Janeiro. v. 11, n. 2, p. 261- 267, abr./jun., 2012

_____. Alienação e ideologia do consumo. *Revista em Pauta*. Rio de Janeiro: Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. n. 22, p.196 – 212, 2009.

_____. Família, juventude e neoliberalismo: desafios para a ressignificação do jovem como sujeito de direitos. *Revista Libertas*. Juiz de Fora: Faculdade de serviço Social/UFJF – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. V. 8, n. 2, p. 95 – 110, jul – dez., 2008

_____. Ideologia do consumo e juventude em mosaico: uma reflexão sobre as formas de consumo da juventude. In: *30º ANPOCS 2006*, Caxambu. São Paulo: Multimedia Design Studio, 2006.

BENJAMIN, W. *A obra de arte na época de sua reprodutibilidade técnica*. Porto Alegre, RS: Zouk, 2012.

BEZERRA, L.R. *Expressões artísticas da periferia e suas tensões com a indústria cultural*. FEBF/UERJ (s/d)

BIHR, A. *Da grande noite à alternativa*: o movimento operário europeu em crise. São Paulo: Boitempo, 1999.

BOGO, A. *Identidade e Luta de Classes*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010

CASSAB, M.A.T. *Jovens pobres e o futuro*: a construção da subjetividade na instabilidade e incerteza. Niteroi: Intertexto, 2001.

CHAUÍ, M. *O que é ideologia*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

COUTINHO, C. N. *Cultura e Sociedade no Brasil: ensaios sobre ideias e formas*. 4. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

CUNHA, P. R. C.C. Participação política juvenil e sua relação com a percepção da política pública de juventude. In: JUBRA: *territórios interculturais de juventude*. Orgs: ARAUJO, J. de; COSTA, M. R.; ARAÚJO, T. C. dos S. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2013.

EAGLETON, T. De onde vêm os pós-modernistas?. In: WOOD, E.M.; FOSTER, J. B. (orgs). *Em defesa da história: marxismo e pós-modernismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.

_____. *A idéia de Cultura*. São Paulo: Editora UNESP, 2005

EVANGELISTA, J. E. *Crise do Marxismo e irracionalismo pós-moderno*. São Paulo: Cortez, 1992. Questões da nossa época: 7

FILGUEIRAS, L.; GONÇALVES, R. *A economia política do governo Lula*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.

FORACCHI, M. *A Juventude na Sociedade Moderna*. São Paulo: Livraria Pioneira, 1972.

GROPPO, L. A. *Juventude: ensaios sobre sociologia e história das juventudes modernas*. Rio de Janeiro: DIFEL, 2000. Coleção Enfoques.

HARVEY, D. *O direito à cidade*. Revista Piauí. Edição 82 – julho 2013. Disponível em: <http://revistapiaui.estadao.com.br/edicao-82/tribuna-livre-da-luta-de-classes/o-direito-a-cidade>

_____. *Condição Pós-moderna*. 23. Ed. – São Paulo: Edições Loyola, 2012.

IAMAMOTO, M. V. *Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. 7. Ed. São Paulo: Cortez, 2012.

IASI, M. L. *Ensaio sobre consciência e emancipação*. 2. ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2011.

IBASE/ Pólis. *Juventude Brasileira de Democracia: participação, esferas e políticas públicas*. Relatório final, nov. 2005

JAMESON, F. *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo: Editora Ática. 2006 – Temas: 41

JUBRA: *territórios interculturais de juventude*. Orgs: ARAUJO, J. de; COSTA, M. R.; ARAÚJO, T. C. dos S. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2013.

MANNHEIM, K. O problema sociológico das gerações. In: FORACCHI, M. M. (Org.). *Mannheim*. São Paulo: Ática, 1982. Coleção grandes cientistas sociais – 25.

_____. Funções das gerações novas. In: PEREIRA, L.; FORACCHI, M.M. (orgs). *Educação e Sociedade*. Leituras de sociologia da educação, 1978.

MARCUSE, H. *A ideologia da sociedade industrial*. Rio de Janeiro: Editora Zahar. 1982.

MARX, K. *O Capital: crítica da economia política*. Livro I, vol. 1. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S.A, 1989.

_____. *O Capital: crítica da economia política*. Livro Terceiro, vol 4, 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

_____. *O Capital: crítica da economia política*. Livro Primeiro, vol 2, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

MARX. K., ENGELS. F. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

_____. Introdução [à crítica da economia política] In: *Marx*. Coleção Os Pensadores. São Paulo. Editora Nova Cultural, 1996.

MELO, T.P.R. *Juventude e Cultura: algumas reflexões sobre a influência da “cultura juvenil” na formação política da juventude*. Juiz de Fora, Programa de graduação/Faculdade de Serviço Social, UFJF, 2010, mimeo.

MENEGAT, M. *Estudos sobre ruínas*. Rio de Janeiro: Revan: Instituto de Criminologia, 2012

MÉSZÁROS, I. *A crise estrutural do capital*. São Paulo: Boitempo, 2009.

OLIVEIRA, F. Política numa Era de Indeterminação: opacidade e reencantamento. In: OLIVEIRA, F.; RIZEK, C. S. *A Era da Indeterminação*. São Paulo: Boitempo, 2007. p. 15-45.

REQUIÃO, L. *O valor econômico da cultura: um debate sobre formas de apropriação do conceito de cultura*. Cadernos cemarx, nº 6, 2009. p. 153-168.

RIBEIRO, A. C. T. Territórios da sociedade: por uma cartografia da ação. In: SILVA, C. A. (org) *Território e ação social: sentidos da apropriação urbana*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011. P. 19-34

SALVADOR, E. *Fundo Público e Seguridade social no Brasil*. São Paulo: Cortez Editora, 2010.

SCHERER, G. A. *Serviço Social e arte: juventudes e direitos humanos em cena*. São Paulo: Cortez, 2013

SCHLESENER, A. H. *Hegemonia e Cultura Gramsci*. 3. ed. Curitiba: Ed. UFPR, 2007.

SEVERINO, M. F. V. *A juventude em tempos acelerados: reflexões sobre consumo, indústria cultural e tecnologias informacionais*. Revista de Ciências Sociais (online). Política e Trabalho. n. 38, p. 271 – 286, abr. 2013.

SIMIONATTO, I. *Gramsci: sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social*. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SPOSITO, M. P. Algumas hipóteses sobre as relações entre movimentos sociais, juventude e educação. *Revista Brasileira de Educação*. São Paulo: Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo: n.13, p. 73-91, jan./fev./mar./abr., 1999.

VILUTIS, L. *Cultura e Juventude: a formação dos jovens nos pontos de cultura*. São Paulo, Programa de Pós-Graduação/mestrado em Educação, USP, 2009, mimeo.

WILLIAMS, R. Cultura. In: _____. *Marxismo e Literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

WOOD, E. M. *Democracia contra o capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo Editorial. 2003